

UNIVERSIDADE TIRADENTES
PRÓ-REITORIA ADJUNTA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA
PORTADORES DE DIPLOMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR



A LÍNGUA PORTUGUESA E A NECESSIDADE DE SE
APROXIMAR FATOS GRAMATICAIS DA REALIDADE
LINGÜÍSTICA DOS ALUNOS

GENARO DE ALMEIDA BROTA

ARACAJU
2005



GENARO DE ALMEIDA BROTA

**A LÍNGUA PORTUGUESA E A NECESSIDADE DE SE
APROXIMAR FATOS GRAMATICAIS DA REALIDADE
LINGÜÍSTICA DOS ALUNOS**

Trabalho de Conclusão de Programa – TCP apresentado ao Programa Especial de Formação Pedagógica para Portadores de Diploma de Educação Superior da Universidade Tiradentes (PROFOPE/UNIT), como requisito parcial para obtenção do Certificado e Registro Profissional equivalentes à Licenciatura Plena em português, sob orientação da Profa. Esp Nádía Maria de Oliveira.

**ARACAJU
2005**

UNIVERSIDADE TIRADENTES
PRÓ-REITORIA ADJUNTA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA PORTADORES DE
DIPLOMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

O TCP intitulado **A Língua Portuguesa e a Necessidade de se Aproximar Fatos Gramaticais da Realidade Lingüística dos Alunos**, elaborado por **Genaro de Almeida Brota** é _____ com nota _____ (_____), em _____ de agosto de 2005.

AVALIAÇÃO:

ORIENTAÇÃO DE TCP:

NOTA _____

PESQUISA EM EDUCAÇÃO III:

NOTA 1 _____

NOTA 2 _____

MÉDIA _____

MÉDIA FINAL DO TCP = _____

Professora Esp. Nádia Maria de Oliveira - Orientador
Universidade Tiradentes

Professora Esp. Maria de Fátima Nascimento
Universidade Tiradentes

ARACAJU
2005

Ah! Meu pai pudesse eu eternizá-lo...
(In memoriam)

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças:

Ao Todo Poderoso pela constante bondade de colocar em minhas determinações as obras do bem, da perseverança, da retidão como frente de batalha que me faz diariamente um homem realizado.

Aos meus pais de quem recebi tudo o que sou hoje: o caráter, o sentimento de dignidade que me leva a procurar merecer e manter a consideração geral; o brio de quem reconhece na ascensão dos outros uma história da sua elevação pessoal; no desenvolvimento integral do homem, o caminho da mais virtuosa solidariedade humana. A luta dos meus velhos não foi inútil, pois, acredito piamente, abriu-me, não só as oportunidades que tive, mas um universo de sabedorias que só eles, com o seu amor poderiam abrir.

Às minhas filhas, Elisângela e Christianne, que estiveram presentes em todos os momentos desta minha vida, a partir de suas vindas: chorando ou rindo, alegres ou tristes, felizes ou não, mas sempre comigo como guardiãs da minha integridade e inspiradoras da minha vida. Suas presenças em minha própria presença são constantes hinos de amor, de doação, de confiança, de proteção e de fortaleza que, semelhantes aos rios, impetuosos, ninguém pode deter sua força e, iguais a uma torrente, não se podem desviar o seu carinho de filhas extremadas. Que Deus lhes dê sempre Sua proteção e as encha de infindáveis felicidades, em agradecimento a tudo que por mim vocês fazem na mais perfeita devoção.

Às minhas netas, que vieram para minha existência, como verdadeiras fontes de rejuvenescimento, como valores do espírito de Deus, como as mais virtuosas das melodias, os mais belos dos cantos: melodias de amor e serenidade. Cantos que enfeitam e extasiam os meus sessenta anos de idade, como se com vocês Sarah e Larah eu, novamente, tivesse nascido, por

isto, dizer que as amo é infinitamente menor do que o que sinto, porque o que sinto é simplesmente indescritível, como se esse sentimento fosse a revelação de Deus em mim, para amá-las sem restrições, infinitamente, sem medo, com o carinho e a sinceridade dos santos.

Aos amigos que conquistei com a demora da sinceridade, e que de algum modo contribuíram para mais esta vitória, meus mais sinceros votos de venturosa existência junto a todos que lhes são gratos.

À minha companheira pela dedicação e coragem de enfrentar as noites longas e mal dormidas das minhas ansiedades e necessidades, na procura de novas oportunidades.

Aos meus professores e a todos os mestres do mundo, a minha eterna gratidão, pela árdua caminhada em prol do crescimento humano, elegendo, aqui, a Professora/ Mestra Maria José de Azevedo Araújo, pela sua simpatia, delicadeza, inteligência e preparo intelectual, representante de tantos e bondosos professores que fizeram deste curto período de estudo, um tempo enorme de paciência e dedicação.

A todos que fazem a Universidade Tiradentes, pela fineza, dedicação e empenho na formalização das obrigações e no cumprimento de sua missão profissional de fazer de nós cidadãos respeitáveis e respeitados na vida que abraçamos.

Aos colegas, pela acolhida, pela amizade e pela distinção no trato para comigo, especialmente, quando me creditam uma importância, junto a vocês, que somente a bondade e a grandeza da alma são capazes de creditar, como seletos oráculos da bondade.

O homem ultrapassa infinitamente o homem

Pascal

RESUMO

Este trabalho tem a intenção de levar a termo um projeto que dê conhecimento às pessoas que se identifiquem com o conjunto das questões que envolvem o tema escolhido e produzido, como sugestão para uma possível saída para os problemas da falta de aprendizagem da língua portuguesa na escola, que tem se tornado, através dos tempos, numa via *crucis* do processo de ensino desta disciplina. Ele pretende abrir caminhos e oferecer sugestões para que se analisem e debatam problemas buscados em experiências na sala de aula, a partir da observação e estudo das causas que impedem a aprendizagem e os efeitos delas resultantes, para aplicação de soluções encontradas com o auxílio das técnicas desenvolvidas e aplicadas durante as Práticas Pedagógicas, habilidades capazes de ultrapassar o subjetivismo do professor, o ensino arcaico e a vontade do aluno permanecer como mero espectador, substituindo a apatia deste, por uma participação efetiva na contextualização dos temas expendidos. Os objetivos se direcionam para a possibilitada de afastar as dificuldade de se aproximar acontecimentos gramaticais do cotidiano do aluno, que é, e sempre foi, problema vexatório, porque a falta de preocupação para mudar essa realidade, por quem de direito, aliada ao escasso interesse do aluno, ao despreparo pedagógico do professor e a atuação deficiente das autoridades da educação, formam os pressupostos para o insucesso do ensino na escola, que culmina, via de regra, com desistência, reprovação e evasão escolar do aluno. Este estudo procura oferecer caminhos que levem, pelo menos, à minimização do problema, através de estradas que contornem, com alto índice de acerto, as dificuldades da aproximação do aluno de acontecimentos gramaticais, usando-se uma nova pedagogia de ensino da gramática, abandonando-se as formas tradicionais de priorizar o estudo desta disciplina,

eliminando os riscos da “decoreba”, isto é, de encher o aluno de regras e mais regras, que em nada ajudam a conquistar o verdadeiro papel da língua que é o de comunicar. Neste intuito o trabalho se valeu de inúmeros obras científicas que visam ajudar na solução desse impasse. As Práticas Pedagógicas foram indispensáveis para se entender, *in loco*, como funciona o mecanismo que impossibilita a aprendizagem, em razão de se ensinar gramática em lugar da língua. Deste ponto, partiu-se para a adoção de técnicas que possibilitem o discente a aprender gramática de modo contextualizado e integrado ao idioma. Essa nova metodologia possibilita ao aluno uma aprendizagem eficaz, que vise, sobretudo, no aluno, a formação de uma personalidade responsável para o exercício da cidadania.

PALAVRAS-CHAVES: pesquisa-ação, contextualizar, técnica, personalidade.

ABSTRACT

This work has the intention to take the term a project that gives knowledge to the people who identify with the set of the questions that involve the chosen and produced subject, as suggestion for a possible exit for the problems of the learning lack of the Portuguese language in the school, that it has become, through the times, in one saw crucis of the process of teach of this discipline. It intends to open ways and to offer suggestions so that problems searched in experiences in the classroom are analyzed and debated, from the comment and study of the causes that hinder the learning and the effect of resultant them, for application of solutions found with the aid them Practical techniques developed and applied during the Pedagogical ones, abilities capable to exceed the subjetivismo of the professor, archaic education and the will of the pupil to remain as mere spectator, substituting the apathy of this, for a participation accomplishes in the contextualização of the expandidos subjects. The objectives if direct for the made possible one to move away the difficulty from it to approach grammatical events of the daily one of the pupil, who is, and was always, vexatious problem, because the lack of concern to change this reality, for who of right, allied to the scarce interest of the pupil, to the pedagogical unpreparedness of the professor and the deficient performance of the authorities of the education, forms the estimated ones for the failure of teaches in the school, that it culminates, usually, with desistance, reprovação and pertaining to school evasion of the pupil. This study it looks for to offer ways that lead, at least, to the minimização of the problem, through roads that skirt, with high index of rightness, the difficulties of the approach of the pupil of grammatical events, using a new pedagogia of education of the grammar, abandoning the traditional forms to prioritize the study

of this disciplines, eliminating the risks of "decerebra", that is, to fill the pupil of rules and more rules, that in nothing help conquering the true paper of the language that it is of communicating. In this intention the work if was valid innumerable scientific workmanships that they aim at to help in the solution of this impasse. Practical Pedagogical they had been indispensable to understand, in I lease, as the mechanism that disables the learning, in reason of if teaching grammar in place of the language functions. Of this point, it was broken for the adoption of techniques that make possible the learning to learn grammar in contextualizado and integrated way to the language. This new methodology makes possible to the pupil an efficient learning, that it aims at, over all, in the pupil, the formation of a responsible personality for the exercise of the citizenship.

WORD-KEYS: Research-Action, To Contextualizar, Technique, Personality

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ENSINO GRAMATICAL X TRADIÇÃO GRAMATICAL	19
2.1 Ensino gramatical	19
2.2 Tradição gramatical	33
2.3 Os tipos de gramática	39
2.4 O ensino da língua portuguesa	41
2.5 Da necessidade da teoria gramatical	48
2.6 Do ensino gramatical para uma análise lingüística	57
3 APLICANDO A METODOLOGIA	69
3.1 A pesquisa-ação.....	77
3.2 Descrição das atividades desenvolvidas durante as práticas pedagógicas	90
3.2.1 Prática pedagógica supervisionada I	91
3.2.2 Prática pedagógica supervisionada II	93
3.2.3 Prática pedagógica supervisionada III ..	95
3.2.4 Análise das amostras.....	98
4 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
5 REFERÊNCIAS	105
6 APENDICES	

1 INTRODUÇÃO

A proposição tratada refere-se “A língua portuguesa e a necessidade de se aproximar fatos gramaticais da realidade lingüística dos alunos” e submete à apreciação as dificuldades do aluno na aprendizagem do nosso idioma, pela falta de adaptação deste com a metodologia de ensino tradicional da gramática normativa que em muito atropela as finalidades da língua considerada em sua essência.

Apesar de ser apenas professor e não pesquisador, mas que na sala de aula, por necessidade de suprir algumas deficiências, encetei o diagnóstico dos problemas existentes, sobre o comportamento do aluno em relação a aprendizagem e minha própria conduta ao escolher o tema acima citado, que é uma tentativa, oxalá, de obter resultados positivos, para modificação de práticas inadequadas e irrelevantes, na administração das aulas de língua portuguesa, ainda não condizentes com as mais novas concepções das técnicas de ensino da língua, que ensejam uma instrução de qualidade, no sentido de se evitar o aviltamento do ensino, e com ele da escola, pela inércia de uns e despreparo de outros que despertam no educando as mais graves manifestações de repúdio às aulas de gramática, ditas por alguns como ensino da língua portuguesa.

A motivação para a elaboração deste exame se perfaz na oportunidade de levar à Escola onde exerço o ofício de docente, as recomendações mais modernas referentes aos

princípios teóricos e as inovações práticas que ajudam na reorganização da atividade pedagógica a fim de suprir as deficiências examinadas no dia-a-dia.

A pretensão demonstrada no trabalho é de que se alcance objetivos que favoreçam um entrosamento mais positivo do aluno com a língua que ele estuda, com o fim de que aprenda a ler, escrever, falar e ouvir com competência e daí escolha como inserir as normas gramaticais em sua fala, não com o intuito de erudição, mas com a vontade de que ele se comunique da maneira mais completa que possa aprender, sem os atropelos de um estudo decorativo que o leva ao descaso e ao marasmo na sala de aula.

Não é demais acreditar que possa realizar essa modificação aproximando o aluno dos acontecimentos gramaticais de forma contextualizada efetivando o processo de ajudá-lo na ampliação de competências que o levem a saber fazer uso oral e escrito da sua língua e saber, principalmente, defender seus direitos com dignidade e eficiência no cumprimento de suas ações institucionais na escola, manifestando-se adequadamente no socorro de sua cidadania.

Quero fazer, também, deste estudo, um grito de alerta à cooperação que deve existir entre os professores de minha unidade de ensino, com a intenção de obter dos colegas a ajuda necessária nessa empresa que envolve, entre outras coisas, a atitude reflexiva, crítica e criadora de cada um de nós, no alcance de uma transformação que ponha no seu devido lugar o estudo da língua portuguesa e o ensino da gramática normativa: o daquela, num plano de maiores e novas atividades que envolvam o aluno numa participação efetiva, o desta na abordagem oportuna de técnicas que o auxiliem na aquisição de uma linguagem mais apropriada no momento que mais convenha ao aluno.

A preocupação de que existem barreiras intransponíveis no aprendizado do aluno promovidas pelo interesse dominante é notório, como é manifesto, também, que a escola não prepara o aluno para ler e escrever, condição *sine qua non* para a elaboração de trabalhos e entendimento dos conteúdos. Haverá como se modificar esta situação, é a preocupação de todos acredito. Porém, tomar os rumos que o problema requer, está sendo uma diligência irritante que não comporta mais esperar pela urgência que o Brasil tem de se modificar.

Não aprender a ler é o mesmo que não aprender a produzir, considerando-se a expressão, em sua essência, como o móvel que conduz ao entendimento, porque não saber entender o que lê em jornais, revistas, livros, códigos, instruções, artigo, etc., e não saber ouvir, também, as notícias radiofônicas, televisivas, ou mesmo as conversações travadas no seu meio social é, na verdade, o grande problema que transforma o estudante numa peça fora do contexto, numa pedra no caminho do desenvolvimento dele mesmo, da escola, da nação, portanto, da sociedade.

Em razão disto o aluno está fora da participação efetiva da sociedade, pois surdo, sem voz e sem mãos que escrevam e mente que raciocine, não entende, não se comunica eficazmente. E se não se comunica, não há entre ele a escola, o professor e as pessoas em geral, interação, este processo que viabiliza o crescimento do homem como animal social.

A escola não comporta mais a estratégia do aluno "calar a boca", "só se meter quando for chamado" sem usar a sua função interativa que é a de falar, falar para comunicar, pois

comunicar é pôr em contato as relações; é estabelecer comunicação entre pessoas; ligar, unir: pelo verbo para o alcance de objetivos comuns.

No tocante aos planos e programas elaborados pela escola, dir-se-ia que existe uma deformidade acentuada nessa preparação, uma vez que a mesma não atende as necessidades atuais de modificação do ensino da língua.

Observa-se o mesmo descompasso de antes entre a gramática e a língua, aliás, discutido muito minuciosamente pelos pesquisadores de uma da outra atividade. Os lingüísticos defendem a supremacia da língua sobre a norma, uma vez que é aquela quem traz em sua reentrância a gramática, a gramática natural que deve ser apenas aprimorada na escola. Os gramáticos, por seu turno, defendem esta como organizadora e expositora das regras da língua-padrão, sem dúvida uma invenção das classes dominantes.

Para viabilizar a consecução das finalidades deste trabalho, foi este distribuído da seguinte forma:

Em primeiro lugar e a guisa de introdução, revê-se, em linhas gerais, os principais motivos da falta de aproximação dos alunos da língua, impedida pelo estudo deficiente da gramática e pelos equívocos instaurados em sala de aula, na abordagem de um e do outro tema, confundindo-os em apenas um: o ensino da língua portuguesa que, por falta de um bom relacionamento pedagógico entre ambas, gramática e língua, deturpa o aprendizado da língua, como veículo de comunicação e interação social.

Depois, no capítulo 2, é apresentado o ensino gramatical verso tradição gramatical, em que são abordados teoricamente os problemas refletidos na concepção dos teóricos do ensino da gramática, abordando-se algumas incoerências gramaticais quanto ao ensino posto em prática nas escolas, haja vista que este ensino ainda usa como método a repetição acrítica, rotinizada, e manutenção de práticas e crenças vulgares. Nesse cotejo se insere, ainda, os tipos de gramática, perpassando pelo ensino da língua portuguesa, a necessidade da teoria gramatical no ensino da língua e o ensino gramatical para uma análise lingüística, que envolve a reformulação do ensino quanto a arte de escrever e falar bem, para a adoção de uma técnica inovadora de considerar a língua, antes de tudo, meio eficiente de comunicação.

Em terceiro lugar, o trabalho desenvolve o que foi aplicar a metodologia como instante de pôr em prática o conjunto de técnicas e processos utilizados para ultrapassar a subjetividade do professor e atingir a compreensão do aluno, envolvendo a metodologia moderna, onde foram apresentadas orientações e sugestões de atividades que podem ser utilizadas no espaço delimitado para a prática da escrita e da leitura, em consonância com a reflexão gramatical, aproveitando-se a experiência do aluno, para sistematização e realização deste trabalho, onde se verificaram as descrições das aulas das Práticas Pedagógicas I, II e III, que visaram a definição da modernização dos antigos métodos pedagógicos, oportunidade em que a pesquisa-ação foi de grande valia para determinação e solução do problema.

Na conclusão, procurou-se, com a ajuda de todo o aparato de formação deste trabalho, demonstrar a eficiência do estudo, que teve como principal objetivo, transformar o ensino/aprendizagem na Escola Estadual Zizinha Guimarães, na cidade de Laranjeiras, onde o executor destas análises desenvolve suas atividades professorais, detectando na amostra os

avanços ou atrasos que a série envolvida sofreu, oportunizando, principalmente, ao professor, descobrir novas formas de conduzir o trabalho sem estigmatizar o estudo com a indolência e a incompetência pedagógica, consideradas, entre outras, causas da falta de aprendizagem do aluno.

2 ENSINO GRAMATICAL X TRADIÇÃO GRAMATICAL

2.1 Ensino gramatical

O uso da gramática no ensino da Língua Portuguesa nas escolas, em geral, vem gerando acirradas polêmicas ao longo dos anos. Pretende-se, assim, à luz da razão, com base em pesquisas e estudos de conceituados mestres, mostrar algumas incoerências gramaticais quanto ao ensino posto em prática nas escolas, principalmente as públicas.

Analisando essas discordâncias, vejamos como Bechara conceitua período: Chama-se período o conjunto oracional cuja enunciação termina por silêncio ou pausa mais apreciável, indicada normalmente na escrita por ponto. (BECHARA, 1982: 199)

Notando a falta de clareza, o autor redime-se no parágrafo seguinte, dizendo ser período simples o constituído por uma só oração. O que se entende por conjunto oracional? É a reunião das partes que constitui um todo.

André afirma que Período é o enunciado que se constitui de duas ou mais orações. (1997: 274)

Comparando Bechara com André, nota-se uma semelhança entre ambos parecendo ser este mais conflitante em relação àquele, visto a citação acima.

Como pode o aluno entender esses conceitos, verdadeira armadilha gramatical, e que procedimentos tomará ao enfrentar avaliações ou mesmo concursos públicos? Cabe então ao professor fazer uma avaliação prévia do livro didático que contenha esses ardis, antes de adotá-lo, pois tal procedimento evitará complicação na vida estudantil do aluno permitindo a ele, através de uma linguagem mais clara, concluir por seu próprio entendimento.

Essas aberrações do ensino não param por aqui. Ao perceber esse “festival”, o estudante volta-se para o lado crítico, inquirindo o professor para explicar esses absurdos. Às vezes, o professor é tão radical quanto o gramático e não aceita a participação do discente, pois também não domina a Gramática Normativa, classificando o aluno como perturbador ou gracejador. Essa postura do docente compromete o rendimento da aprendizagem, deixando seqüelas no discente a ponto de incompatibilizá-lo com a matéria e também com o professor.

Assim, transmite-se essa visão distorcida sobre o ensino da língua como sendo o “decúria” de uma infinidade de regras e de exceções, complicando mais a vida do aluno, principalmente daquele oriundo de camada social menos privilegiada.

O que se vê dentro de sala de aula é se tentar anular diversidades lingüísticas que expressam diferenças e conflitos existentes entre grupos etários e étnicos e, sobremaneira, entre classes sociais. Pode-se entender que a gramática tem sido o objeto do ensino de português no

Brasil e não a língua como deveria ser. Em consequência, estão sendo transmitidos aos alunos do Ensino Fundamental e em especial do Ensino Médio, conceitos lingüísticos falhos.

Refletindo sobre esse ensino posto em prática pelas escolas públicas e particulares, verifica-se uma prática lastimável que é encher a cabeça do estudante com algo inútil, confuso, incompleto - o conhecimento teórico não contribui significativamente para o domínio da língua, embora faça parte do aprendizado desta. Considerando a inutilidade desse conhecimento imposto ao aluno como verdadeiro castigo, Gerald afirma que *O ensino da língua foi desviado para o ensino da teoria gramatical*. (1987: 21)

Ora, se a função da escola é o ensino da língua padrão, não é com teoria gramatical que ela concretizará seu objetivo. Esses contrastes levam o estudante ao desinteresse pelo estudo da língua, pois quando pensa haver entendido o conteúdo trabalhado em sala de aula, amargura-se ao se deparar com determinadas construções, pois não consegue entender o enunciado, daí resultam as frustrações, reprovações, recriminações que começam pela própria escola e o preconceito lingüístico de que não sabe português.

Isso é o resultado de um ensino centrado na Gramática Tradicional - o conhecimento se esvai por falta de sustentação científica; é como caminhar por sobre o lodo; não há firmeza nos passos dados e a queda é inevitável, levando no tombo todos os que compõem o ensino: desde o aluno, a escola e o professor, sem deixar, para trás, também, todo o aparato estatal, principal responsável pelo desmoronamento das ações ditas educacionais.

Toda essa complicação gramatical tradicional é fruto de uma preocupação da escola em mostrar ao estudante a língua considerada padrão pela elite cultural que insiste em se pautar por modelos clássicos do século III a.C. Sabe-se que, através da história, a cidade de Alexandria, no Egito, foi considerada, naquela época, importante centro da cultura grega.

A grande literatura clássica da Grécia despertou o interesse dos estudiosos desse campo, pois estavam preocupados na preservação da pureza da língua grega. Dessa forma nasceu a gramática que em grego significa “a arte de escrever”. Como se pode observar, as regras gramaticais foram criadas voltadas para o uso literário dos considerados grandes escritores do passado, recebendo o nome de gramática Tradicional.

Todos os problemas advêm do ensino gramatical ser visto por alguns, como instrumento acreditado como necessário para transmissão da arte de falar e de escrever bem em uma língua, para a transmissão de conhecimentos, informações ou esclarecimentos úteis ou indispensáveis na qual a aplicação das regras-padrão da língua é necessária.

O ensino gramatical, exceto de algumas regras, não é visto hoje como indispensável, pois indispensável é comunicar, isto é, travar ou manter entendimento, através dos meios de comunicação, estabelecer diálogo, desenvolver um contato onde os interlocutores absorvam o pensamento dos outros e possam estabelecer uma reciprocidade de entendimento com vistas ao progresso de qualquer processo de que o homem dispõe para transmitir idéias, sentimentos, aspirações, experiências, informações que completem as partes.

Para atingir a comunicação, é necessário, tão somente, um código conhecido do receptor, mesmo que este seja sem o uso da padronização imposta pela modelo culto ditado pelas classes dominantes e que tanto aterroriza o estudante, notadamente do curso médio, e de outros cursos.

Tem-se registrado no ofício de ensinar numa escola de segundo grau que a imprecisão do uso do ensino da língua se contém no que se chama de ensino gramatical e não ensino da língua portuguesa.

No ensino da língua, obviamente, seriam escolhidas as formas as quais os alunos se serviriam para elaborar mensagens com o objetivo de se comunicar e não se prenderia aos modos que ele não utiliza, neste estágio de sua vida estudantil, para compreensão de uma linguagem literária que tem por base a norma culta, isto é, a forma lingüística utilizada pelo segmento mais culto e influente da sociedade que o rodeia.

Neste pensamento, tenta-se colocar que a língua da Nação não deva ser ensinada e aprendida. Não, queremos dizer apenas que, esta linguagem utilizada pelos escritores, veículos de comunicação de massa, escola e outros segmentos que, por força da lei dela não podem se afastar, interioriza uma função de ser aliados da sociedade elitista que pensa que, por conta disto, presta serviço à educação, colaborando no aprimoramento da linguagem do estudante, quando na verdade atrapalham o desenvolvimento do educando que deveria está voltado para o aprimoramento das formas de comunicar, para perfeita expressividade dos seus pensamentos, através da fala ou da escrita, assegurando-lhe, na escola, a liberdade do discurso, sem colocar sobre seus ombros a responsabilidade de estar “errando”, mortificando-o perante os que não

conhecem o sentido mais lógico do ensino da língua que deve preceder ao ensino da gramática, seja ela qual for.

Com esta opinião, o pesquisador se coloca a favor dos que entendem que os fatos da língua devem ser expostos de forma ampla e devem, principalmente, ser relacionados com a experiência lingüística do cotidiano do aluno,, em que, com o professor, o aluno discuta um modo de encontrar um sistema comunicativo vivo e dinâmico, presente em todos os níveis da fala do português de hoje.

Este argumento não é apenas digressivo, nem se manifesta na idéia de afastar da escola o ensino da gramática, como forma de resolver o impasse do não aprendizado desta disciplina, mas é, sobretudo, a vontade de encontrar um caminho que conduza com eficiência a maneira de ensinar a gramática, sem despertar os enfados que esta causa, nem de transpor os umbrais da necessidade do estudante conhecer a língua culta como aprimoramento de seu próprio *status* na escalada em que a escola é grande responsável.

Afigura-se como inarredável, o conceito de que a norma culta é forma lingüística que todo povo civilizado possui, asseguradora da unidade nacional, pressuposto que afiança a ela o seu ensino nas escolas, regulamentação na gramática e difusão em todos os meios controlados pelo governo, pois se trata de uma política cultural do mais alto teor de importância para o desenvolvimento de toda uma base do aprendizado, detestado pelo aluno, por suas regras em excesso, perfeitamente dispensáveis, porém, algumas necessárias, em vista da oficialização na redação de documentos e textos do país.

O ensino da gramática na escola segue o mesmo padrão descrito por Irandé Antunes, quando se refere a esta atividade em torno da gramática, constatando, em sua obra, que o ensino gramatical, hoje em dia, se verifica completamente descontextualizado, e que se sobrepõe ao ensino da língua como veículo de comunicação, reportando-se ao ensino como Uma gramática descontextualizada, amorfa, da língua como potencialidade; gramática que é muito mais ‘ sobre a língua’, desvinculada, portanto, dos usos reais da língua escrita ou falada na comunicação do dia-a-dia. (2003:31).

Mas não é apenas a falta de contextualização que afronta ou inviabiliza o ensino da gramática. È toda uma estrutura sem nexos que no lugar de torná-la atraente pelo que possa transmitir de relevante, torna-se em um estudo de coisas sem importância, alheia às expectativas do aluno - por isto mesmo enfadonha, que não estabelece, sequer, uma comunicação entre os educandos que os faça aprender a distinguir, nos exemplos, os casos mais comuns de concordância ou mesmo de emprego da crase.

Ora, sabe-se que a gramática é morta e que só se manifesta em face das comunicações ultrapassadas, por vezes traduzidas em expressões rebuscadas que servem apenas para enfeitar o sepulcro de um idioma onde a dinâmica está ausente aos seus objetivos.

Sabe-se, também, que a importância de comunicar não é dependente do uso das regras gramaticais, mas do entendimento que possa resultar entre as partes comunicantes, para que se estabeleça um elo de compreensão capaz de conduzir a pessoa àquilo que ela pretende, sem as sofisticadas linguísticas que a gramática pode oferecer, mas, que de uma forma qualquer tende a complicar a ligação e castrar o entendimento.

Há um senso comum, de que os grandes falantes (pessoas especializadas no uso das regras da língua) são, em geral, pessoas pouco comunicativas, em face da incompreensão que suas expressões geram no meio de pessoas amenas, de pessoas que não fazem parte da elite da verbalização esdrúxula, provocando nestas a estatização do pensamento que as tornam completamente apáticas em suas reações no diálogo travado com esses paladinos do uso gramática.

Celso Pedro Luft em sua obra *Língua e Liberdade*, assume a defesa do ensino da língua portuguesa com base apenas no indispensável das regras gramaticais, pois assevera, a título de esclarecimento e com base na crônica “O gigolô das palavras”, de Luís Fernando Veríssimo, renomado humorista gaúcho, festejado por seus escritos, que,

Salvaguardadas algumas regras básicas, as outras são dispensáveis. Mostrando a necessidade de um ensino menos repressivo da língua materna, que realmente desenvolva o espírito crítico do aluno, imprescindível para discernir as diferenças entre língua falada e língua escrita, sempre primando pela clareza das idéias. (2002:13)

Na verdade, não é Luft, apenas, quem defende o ensino da língua portuguesa nos moldes acima referidos. Não, é a prática que nos informa da desnecessidade dos formalismos gramaticais exagerados, haja vista que a finalidade de qualquer língua é transmitir mensagens que realmente sejam compreendidas, senão, é obvio, que os esforços gramaticais para a realização da sutileza da língua resultariam inócuos, incapazes de realizar as finalidades da vocação natural do ser humano, para o seu crescimento e, mesmo, para perpetuação da espécie, através das pesquisas que o tornam diferentes de todas as outras espécies de seres vivos.

Lendo a crônica de Luís Fernando Veríssimo “O gigolô das palavras”, infere-se de imediato e pelas próprias palavras do humorista, que é perfeitamente dispensável as regras gramaticais extravagantes e excedentes, entendendo-se, outrossim, que é necessário desenvolver o poder crítico do aluno e despertar as suas aptidões para as letras, colocando à vista o seu talento, para que possa produzir com beleza, sutileza e clareza vernacular, mas sem excentricidades, o que Luís Fernando descreve tão elegantemente, que conquista de logo o interesse do leitor

Isto soa bem claro no texto “O gigolô das palavras”, quando Luís se refere à gramática, na verdade, como amante em que ele é, sustentado por ela em suas composições literárias, mas que não se agacha aos seus pés, isto é, não está preso à complexidade de suas normas:

(...) Não raro, peço delas flexões inomináveis para satisfazer um gosto passageiro. Maltrato-as, sem dúvida. E jamais me deixo dominar por elas. Não me meto na sua vida particular. Não me interesso pelo seu passado, suas origens, sua família nem o que os outros já fizeram com elas. Se bem que não tenha também o mínimo escrúpulo em roubá-las dos outros, quando acho que vou ganhar com isto. (2002:9)

A advertência está feita àqueles que pensam que ensinar a língua é encher o aluno das maçantes regras da língua portuguesa, com o fim de obter, na correção literária, o entendimento perfeito do texto, quando pela sofisticação do mesmo pode até tropeçar nesse intento. “*O importante é comunicar*” e não transformar a língua numa oficina de arte gráfica que desperte no leitor o interesse pelo “certo” e pelo “errado”.

Como no futebol em que a finalidade é o gol, na língua, o objetivo é o entendimento, tento único para transformar o ensino numa atividade eficiente que dispense em sua tecnologia e

metodologia pedagógica, as paixões que possam suscitar o escravismo pelas formas “certas”, em prejuízo do entendimento edificante de todo o processo de progresso e felicidade da humanidade. Aliás, é a pedagogia um conjunto de doutrinas, princípios e métodos de educação e instrução que tendem a um objetivo prático e não teórico ou recheado de regras gramaticais que, em alguns casos, tornam-se ineficientes e abusivas, como por exemplo, o emprego da crase que tem por efeito apenas embelezar a escrita, já que na fala ela não aparece.

É tão necessário aproximar fatos gramaticais da realidade lingüística dos alunos, ou seja, aproximar deles aquilo que realmente existe e que é real no seu dia-a-dia, mas sem exigência de uma complexidade nessa aproximação, acima do entendimento dos mesmos, principalmente dos de curso médio, para torná-los capazes de escreverem “certo”, mas sem a devida compreensão do texto?

Não, francamente, acha-se que não, em vista de tal comportamento do professor se assemelhar à determinadas missões em que o homem a cumpre, e até dá a vida, sem perceber, contudo, a substância da ação tornando-a inútil ou fadada ao fracasso, apenas para satisfazer vaidades que são caminhos de ida sem retorno.

Estudar a gramática de forma árida significa uma visita a um túmulo que há muito o ensino moderno não visita, pois abandonado no tradicionalismo do ensino da língua, pretende nunca mais ressuscitar das infindáveis regras que fazem a gramática natural, com todo dinamismo de suas regras naturais que o povo usa de forma espontânea e que devem ser aproveitadas para construção e aplicação do estudo das regras convencionais imprescindíveis ministradas nas salas de aula.

A utilização ou a dispensabilidade das regras gramaticais é definida pela necessidade ou não do seu uso, pois sendo a língua um motivo de identidade nacional, não deve ser afrontada por construções contrárias as normas do idioma para não enfraquecer, inclusive, o sentido de unicidade e brasilidade.

Seria anti-patriótico, que se falassem barbaridades na escola ou em meios cultos que desmerecessem a língua-mãe, como por exemplo: alguém letrado diante de câmeras de televisão, dissesse para todo um mundo em mal fadada entrevista, referindo-se a uma artista qualquer que “eu vi ela certa vez numa novela que se referia ao Estados Unidos da América”.

Por isto e por outros motivos as regras básicas devem ser estudadas na escola, contanto que seja respeitado o limite de entendimento estabelecido pela cultura de cada um e pelo seu grau de amadurecimento lingüístico, sem tornar vilão o causticante e enfadonho estudo da gramática portuguesa, considerada por alguns tradicionalistas da língua, o esqueleto da estruturação do bem falar.

Só a título de ilustração, a Gramática Normativa,, encarregada de padronizar as regras de escrever e falar, entendidas por alguns estudiosos como o ideal da expressão correta sempre insertas nas obras de grandes escritores, encerra em seu estudo o entendimento de uma estrutura complicadíssima, que abarca a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe e provoca no educando uma situação de quem se encontra numa densa floresta sem o auxílio de experimentados guias.

Pelos seus programados desdobramentos a Fonologia se preocupa com um extensíssimo campo de abrangência que se inicia com o estudo dos fonemas, isto é, os sons significativos de uma determinada língua, agrupando-os em classes denominadas de vogais, consoantes e semivogais.

Após se conhecer esses agrupamentos, trata-se de reunir as letras para formação das palavras, em que a regra determina que uma sílaba não pode ser constituída sem a participação de vogal. É obvio que não e é também prático e intuitivo, dispensando-se a aprendizagem desta regra que, aparece como inútil.

Depois se encaminha pelos caminhos da ortoépia, que examina a correta articulação e pronúncia dos vocábulos, como se isto fosse estritamente necessário para a compreensão da mensagem, para o estabelecimento de uma perfeita comunicação.

O homem do campo ao pronunciar **feijão**, entende-se muito bem a sua vontade de dizer feijão, por isto mesmo compreensível na sua vontade de comunicar-se através de sua gramática consuetudinária, costumeira, sem desvincular-se de suas origens.

Daí a Fonologia emigra para a prosódia e vai se preocupar com a acentuação apropriada dos vocábulos, preparando o aluno para uma incursão na ortografia como representação convencional dos sons da língua.

Aportando na Morfologia, a Gramática Normativa provoca um novo estupor na vida estudantil do aluno, porque ela vai definir a estrutura e formação das palavras, em suas flexões e

classificação, sempre obediente às formas que lhe são impostas e que só tem valor, sentido ou realidade mediante acordo das classes estudiosas e elitistas de um país.

E, finalmente, a Gramática Normativa, em sua parte denominada Sintaxe, vai assediar os alunos em seus objetivos, pois vai deliberar sobre o exame das relações que as palavras estabelecem na frase, assim como o relacionamento das frases no discurso, subdividindo-se, para maior enfado, em sintaxe de concordância, sintaxe de regência e sintaxe de colocação, sem contar com a Morfossintaxe, ou seja, as relações entre as classes morfológicas e as funções sintáticas exercidas pelas palavras. Em outro pronunciamento: o estudo das categorias gramaticais a partir de critérios extraídos da morfologia e da sintaxe. Aí se vê o estudo como um verdadeiro sacrifício, uma vez que nem renomados mestres são acordes com as regras, imagine só os alunos.

Só por esta reduzidíssima demonstração, vê-se a carga que o estudante põe nas costas quando, obrigatoriamente, tem de estudar somente essa assustadora gramática em um dos seus tomos, aridamente, sem que lhe atenuie tal pena pela inserção de um estudo mais voltado para uma gramática que tenha como apoio o uso da língua em textos reais, em manifestações textuais da comunicação funcional, dos usos comunicativos da língua, sem a necessidade de se exercer sobre o estudante da língua um massacre de tal monta. Evidencia-se, então, um estudo que em nada tem a ver com o sentido maior da língua que é o da comunicação.

O tema, em outro lugar referido, objeto deste embrionário trabalho sobre o estudo do ensino da gramática, deve transmitir a vontade do autor de que a verdadeira teoria gramatical começa e termina nos acontecimentos da língua de que decorrem os efeitos do uso da língua, comunicando ou não, sem a interferência incômoda da dissecação de regras e mais regras. Para

isso, deve-se utilizar a gramática natural do aluno, como início para a inserção da atitude de ensinar a gramática escolar, mas com o objetivo de gramaticar, isto é, praticar a gramática através de várias leituras, de debates, de variegadas escritas e de comparações da gramática natural que ele possui, com a gramática artificial imposta pelas convenções que, mal usada, em nada amplia, reforça e agiliza o estudo.

Ao observar as dificuldades dos alunos na aproximação de fatos gramaticais da sua realidade lingüística, ou seja, da aplicação dos resultados obtidos na solução de problemas práticos do seu cotidiano, concluí-se que os métodos e as técnicas utilizadas nas aulas para tal fim são tradicionais, por isto, cansativas, enfadonhas, pois sua repetição simplesmente isolada apavora o estudante uma vez que não corresponde aos avanços comunicativos que se vêm observando na mídia, no trabalho, no cinema, nas artes, menos na escola.

Urge a todo e qualquer professor repensar os meios a serem utilizados e os caminhos a serem percorridos para que a escola encontre as competências desejáveis para o cumprimento de suas finalidades institucionais, quais sejam: a de preparar os alunos para o desempenho de atividades que os relacionem com os outros seres, defendendo, porque sabem sua cidadania, interesses e principalmente a sua liberdade pessoal alicerçada na sua condição de falar, ouvir, escrever e ler, materialização de um espírito crítico promotor do verdadeiro aprendizado.

O professor não há de se sentir satisfeito, enquanto não for parceiro das mudanças que se fazem necessárias para o alcance de uma escola que abandone o tradicionalismo do ensino e parta para a aplicação de uma pedagogia que se volte de corpo e alma para o aluno, único

endereçado da aprendizagem e, também, o único fora do contexto dessa imprescindível e salutar experiência.

2.2 Tradição gramatical

Tudo que é transmitido através de gerações de forma oral, como as lendas, fatos, valores espirituais ou mesmo hábitos inveterados é tradição, que resulta de uma prática repetida sem as inovações e avanços dos novos tempos.

Tradicional é o adjetivo que qualifica o ensino, segundo Luft, como a repetição acrítica, rotinizada, e manutenção de práticas e crenças vulgares. (2002:42).

É fácil intuir, que o ensino da gramática é tradicional, pois reúne os elementos do tradicionalismo como crença de que o aluno vai à escola para aprender e o professor para ensinar, quando, na verdade, o primeiro nasce com o dom da fala e, aos dois ou três anos de idade já sabe falar. Professor nenhum ensina o que ele já sabe, uma vez que o estudante (sendo humano) é um falante nativo. O que compete ao professor é desenvolver as potencialidades naturais do aluno, fazendo-o crescer e desenvolver-se com a aplicação de técnicas e métodos modernos e eficazes, desprezando o angustiante processo, por ele aprendido, de repetir as mesmas lições da língua montada apenas em regras.

Talvez, por causa desse obstáculo, comum em sua época escolar, o professor não tenha tido uma preparação lingüística que o convencesse da necessidade de aplicar nova pedagogia, em face do desenvolvimento que o mundo obteve e, com ele, os novos alunos, que não mais vêm a escola como a única capacitada para lhe ensinar o que o mundo tem lhe ensinado, despertando-lhe sentimentos que o aparato institucional não vê e que ele espera para obter o seu próprio senso crítico.

A educação atual é deficitária,, e com ela o ensino gramatical, pois, obedientes a um sistema dominante, voltam-se agora para o pensamento de que a real educação está na formação da consciência do aluno, seja social, moral, política, econômica ou outra qualquer, e na sua preparação para a construção e o exercício da cidadania, segundo se entende dos textos legais que norteiam este segmento tão importante da vida em sociedade.

Embora exteriorize uma vocação para as mudanças necessárias à eficiência do ensino, eliminando o modo tradicional, um dos obstáculos à modernização do ensino que despreze o arcaísmo no método e técnica de ensinar, refere-se, acredita-se, à recusa ao moderno conceito de escola, negando a esta o seu verdadeiro sentido.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, suprime à escola a faculdade de fazer os seus currículos, permitindo-lhe, apenas, uma parte diversificada para *atender as peculiaridades locais* (art. 4º.), entendida essa concessão como “*democratização de fato*” da escola, quando na verdade a democratização tão sonhada seria consistente na dotação do ensino de recursos materiais e humanos modernos, que viabilizem as aplicações das técnicas e

metodologias adequadas, particularmente, a cada região, sem colocar nos textos da Gramática Normativa, a obrigação do docente seguir letra por letra, o epitáfio do próprio ensino da língua.

Um estudo levado a efeito pelo professor Jurandir Marques Silva Junior, da UNICOR, diz que:

Refletindo sobre esse ensino posto em prática pelas escolas públicas e particulares, verifica-se uma prática lastimável que é encher a cabeça do estudante com algo inútil, confuso, incompleto - o conhecimento teórico não contribui significativamente para o domínio da língua. (2001:32)

Consegue, ainda, o professor, citando Gerald, explicar que o ensino tradicional, é O ensino da língua desviado para o ensino da teoria gramatical.. (GERALDI, 1987: 21), externando o erro de se continuar, imprudentemente, gerando gerações descomprometidas com o verdadeiro ensino da língua portuguesa.

Ora, se a função da escola é ensinar a língua de um modo geral, não é com a teoria gramatical que ela vai concretizar seu objetivo, Imagina-se. Assim é que:

Esses contrastes levam o estudante ao desinteresse pelo estudo da língua, pois quando pensa haver entendido o conteúdo trabalhado em sala de aula, amargura-se ao se deparar com determinadas construções, pois não consegue entender o enunciado, daí resultam as frustrações, reprovações, recriminações que começam pela própria escola e o preconceito lingüístico de que não sabe português. Isso é o resultado de um ensino centrado na Gramática Tradicional - o conhecimento se esvai por falta de sustentação científica; é como caminhar por sobre o lodo; não há firmeza nos passos dados e a queda é inevitável. (1987:62).

Isso é o resultado de um ensino centrado na Gramática Tradicional - o conhecimento se esvai por falta de sustentação científica; é como caminhar por sobre o lodo; não há firmeza nos passos dados e a queda é inevitável.

Porque não valorizar o conhecimento? Porque não evoluir para o conhecimento moderno de que só se aprende contextualizando, ao invés da teima em perpetuar os costumes e tradições maléficas para o futuro do ensino e do aluno.

Procurando dissipar essas dúvidas, podem-se vislumbrar dois equívocos irreparáveis: o primeiro, consiste em separar rigidamente a língua escrita da falada; o segundo na forma de encarar a mudança das línguas que eles acreditavam ser uma corrupção, “decadência”, também concebida por muita gente até hoje. Em função desses equívocos, formou-se o “erro clássico” no estudo da linguagem que, apesar de dois milênios de reinado, só foi enxergado no final do século XIX e no início do século XX com o surgimento da lingüística. Logo, enquanto não houver uma proposta pedagógica capaz de eliminar esses equívocos ocorridos no ensino da língua e uma mudança substancial das motivações ideológicas que sustentam esse ensino mutilado, castrador, a Gramática Tradicional permanecerá como alvo crítico preferido, embora se reconheça ser ela o principal ponto de referência para o ensino Fundamental e o Médio.

Observa-se em tudo isso a submissão da língua à gramática. Com a secularização da língua, a Gramática Tradicional alterou sua aparência, mas no fundo o conteúdo permaneceu o mesmo, isto é, mudou apenas a denominação de Gramática Tradicional, para Gramática Normativa. Assim, esta se transmudou num conjunto articulado de idéias, que passaram a expressar e reforçar as relações que conferem unidade a determinado grupo social, que influenciaram as gramáticas escritas para descrever e fixar como regras e padrões as manifestações lingüísticas usadas espontaneamente pelos escritores que pontificam o pedantismo lingüístico, em detrimento da fala dos que pertencem às classes menos favorecidas.

Com a instrumentalização da Gramática Normativa em mecanismo ideológico de poder e de controle de uma camada social sobre as demais, formou-se essa “falsa consciência” coletiva de que os usuários de uma língua necessitam da Gramática Normativa como se ela fosse uma espécie de fonte mística da qual emana a língua “pura”. Foi assim que a língua subordinou-se à gramática. (BAGNO, 2000: 87)

Concluindo, é pensamento acolhido pelas leituras levadas a efeito, que se deve utilizar a gramática no ensino da Língua Portuguesa, uma vez que ela proporciona uma série de atividades de pesquisa que dão ao aluno a construção do seu conhecimento da língua. Entretanto, há de se convir que o professor do alto de sua experiência no aprendizado e ensino da lingüística deve separar o útil, ou melhor, o que não pode prescindir para o ensino gramatical.

Bagno é de opinião que:

A gramática deve conter uma boa quantidade de atividades de pesquisa, que possibilitem ao aluno a produção de seu próprio conhecimento lingüístico, como uma arma eficaz contra a reprodução irrefletida e acrítica da doutrina gramatical normativa. (2000: 87)

Pelo exposto, concluí-se, neste ingente esforço de colocar tão angustiante tema, sujeito à críticas e observações dos mais letrados, que a gramática não é a única fonte para o ensino da língua nas escolas, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, bem como o título de código normativo da linguagem tomada no geral. Os gramáticos levam ao último estágio do desespero tanto o professor quanto o estudante no estudo gramatical em virtude das divergências existentes entre eles.

Assim, no momento em que o aluno entender que as regras da norma culta são variáveis e que o emprego de uma forma pode ser normal numa modalidade lingüística,

entenderá, também, que gramáticos e lingüistas podem formar uma verdadeira associação de idéias e conhecimentos, para abrir espaço em sala de aula para o ensino de “gramáticas”.

O professor, por sua vez, perceberá, afinal, que a elite cultural não se conscientizou ainda de que houve mudanças profundas no modelo de língua concebido pela Gramática Tradicional e, que no Brasil não se fala somente o português das elites, mas, também, o português brasileiro, mesclado por uma série de interferências estrangeiras e regionais provindas de elementos étnicos diferentes que aportaram na colonização e depois, que a modificaram, substancialmente, e que as formas arcaicas e bonitas de descrever, narrar e redigir textos com elegância e “acertos” gramaticais, não conduzem o aluno à sua própria realidade vivida em seu meio.

Destas palavras se infere ser muito mais fácil eliminar as discriminações lingüísticas encontradas no nosso idioma e exercidas pela escola, a erigir um ensino que não dê mais ao aluno a sensação de castigo, que o força a abandonar a escola pela fuga, pela evasão e desistência escolar, desprezando seu sucesso, a possibilidade de se tornar eficiente e de tornar o Brasil menos criticado, pela grande parcela de analfabetismo do seu povo.

Tais atitudes, decerto, abrirão as portas de um novo tipo de ensino baseado na compreensão dos interessados, e fecharão, não há dúvidas, as janelas pelas quais as fugas acontecem em grande quantidade.

2.3 Os tipos de gramática

A Gramática é conceituada como o estudo ou tratado que expõe as regras da língua-padrão. Portanto, é um estudo voltado para as regras da língua da classe dominante que, unificadas, oferecem a idéia de “certo” ou “errado” para os que não a praticam.

Os gregos iniciaram o estudo da gramática a partir de uma perspectiva filosófica, descobrindo a estrutura da língua. Esta tradição foi passada aos romanos que traduziram do latim os nomes das partes da oração e dos acidentes gramaticais. Muitas destas denominações chegaram aos nossos dias. A partir do século XIX, surgiu a gramática comparativa, enfoque dominante da lingüística.

A primeira gramática que se conhece é a de Panini para o sânscrito. Dionísio de Trácia, gramático grego, elaborou sua *Arte da Gramática*, obra que serviu de base para a gramática grega, latina e outras línguas européias até o Renascimento.

No século XVIII, as comparações foram iniciadas entre as várias línguas européias e asiáticas, trabalho que culminou com a afirmação de Gottfried Wilhelm Leibniz de que a maioria das línguas provinha de uma única língua, a indo-européia.

Até o início do século XX, não havia sido iniciada a descrição gramatical da língua dentro de seu próprio modelo. Mas, abordando esta perspectiva, surgiu o *Handbook of American Indian languages* (1911; *Manual das línguas indígenas americanas*) do antropólogo Franz Boas,

assim como os trabalhos do estruturalista dinamarquês Otto Jespersen que publicou, em 1924, *A filosofia da gramática*. Boas desafiou a metodologia tradicional da gramática ao estudar línguas não indo-européias que careciam de testemunhos escritos.

A análise descritiva, representada nestes dois autores, desenvolveu um método preciso e científico, além de descrever as unidades formais mínimas de qualquer língua. Para Ferdinand de Saussure, a língua é o sistema que sustenta qualquer idioma concreto, isto é, o que falam e entendem os membros de qualquer comunidade lingüística pois participam da gramática. Em meados do século XX, Noam Chomsky concebeu a teoria da ‘gramática universal’, baseada em princípios comuns a todas as línguas, mas isto não impediu a diversificação do estudo gramatical de acordo com o escopo de cada uma.

Hoje existem vários tipos de gramática, desde a Gramática **tradicional, normativa,** ou **prescritiva**, termos usados para referir-se a todo estudo de cunho gramatical anterior ao advento da ciência lingüística.

Como o próprio nome define, a gramática prescritiva é uma tentativa de estabelecer um ordenamento lógico em um determinado idioma e definir normas que vão determinar o que é apropriado no uso desse idioma. Daí surge a noção de certo e errado. Aquilo que não estiver de acordo com as normas, com as regras gramaticais, é classificado como errado. Esta teoria predominou desde meados do século 18 até o início deste século, e é ainda encontrada no currículo de muitas escolas hoje, até as Gramáticas:

Gerativa. Teoria lingüística que procura estabelecer, com base em princípios universais, um modelo geral de gramática, do qual derivariam as gramáticas de cada língua em particular; gramática gerativo-transformacional, gramática transformacional.

Histórica. Estudo da evolução das línguas; lingüística histórica.

Pedagógica. Obra destinada ao ensino de língua materna ou de uma língua estrangeira.

Tradicional. Todo o estudo de cunho gramatical que segue os princípios impostos pela tradição anterior ao advento da ciência lingüística.

Universal. Conjunto de princípios que restringe a forma e o funcionamento de qualquer gramática, etc.

2.4 O ensino da língua portuguesa

Ao se falar no ensino da língua portuguesa, todos são assaltados por um sem números de interrogações que levam a pensar na complexidade do ensino deste idioma e na possibilidade de se encontrar uma fórmula mágica para realizar seu ensino/aprendizagem sem violar os conceitos gramaticais que o regem..

Para melhor se situar quanto ao ensino do Português Brasileiro, convém fazer uma análise, mesmo concisa, do que é esta língua, de onde provém, e o porquê de sua complexidade.

O Português Brasileiro descende do Europeu. No Brasil, tomou a sua forma na complexa interação entre a língua do colonizador (e, portanto, do poder e do prestígio); nas numerosas misturas das línguas indígenas brasileiras; nas inúmeras línguas africanas chegadas pelo tráfico negreiro (oficial entre 1549 e 1830, não oficial antes e depois desses limites); e, finalmente, nas línguas dos que emigraram para o Brasil da Europa e da Ásia, sobretudo, a partir de meados do século XIX.

Dessa colossal mistura lingüística, foi se definindo, ao longo de quinhentos anos, pouco tempo para a história de uma língua *o formato brasileiro contemporâneo da língua português*, observa Rosa Virgínia Matos e Silva em *O Português Brasileiro e o Português Europeu contemporâneos: alguns aspectos da diferença* (1988:65).

O ensino da língua em apreço nas escolas brasileiras abrange vários aspectos: do fônico e do sintático ao sistema vocálico e consonântico do Português Brasileiro culto e Português Brasileiro popular.

Essa heterogeneidade enraíza-se em condicionamentos de natureza sócio-histórica: multilingüísticos, ao contacto entre falantes de múltiplas línguas distintas; fatos da demografia histórica; mobilidade populacional dos escravos; escolarização no Brasil, no período colonial e pós-colonial que, apesar dos freios impostos pela reforma pombalina do século XVII, e das leis em vigor, que contemplam o Português como nossa língua oficial, ainda se observa em várias partes destes Brasis esse multilingüismo.

A interminável complexidade da língua portuguesa assume características drásticas quando é enfrentada em sala de aula pelos alunos, porque soa como uma

Grande tempestade a ser enfrentada por eles no seu cotidiano escolar.

Só a título de ilustração, foram colocadas algumas das dificuldades encontradas no ensino da nossa língua, apontando aqui parte do aspecto sintático, que em face do estudo isolado da gramática, o aluno não percebe de imediato as profundas diferenças sintáticas, por exemplo, do sistema pronominal, tanto na posição de sujeito, como de complemento, com reflexos inevitáveis nos possessivos e no paradigma das flexões de número e pessoas do verbo, diferenças apontadas pela professora Rosa Virgínia com o apoio de exaustiva pesquisa bibliográfica, realizada ao longo dos seus estudos.

No Brasil, com a expansão do você e do a gente como pronomes pessoais e com a redução do uso do tu e do vós, a 3.^a. pessoa verbal se generaliza: temos hoje em convivência, no Brasil, um paradigma verbal de quatro posições,

Eu falo | ele, você, a gente fala | nós falamos | eles, vocês falam; outra de três posições, eu falo | ele, você, a gente fala | eles falam; outra de duas posições, dos menos escolarizados, ou não-escolarizados, sobretudo de áreas rurais, mas não só, que não aplicam a regra de concordância verbo-nominal, eu falo | ele, você, a gente, eles, vocês fala.

Em algumas áreas geodialetais brasileiras, usa-se o tu, na fala corrente com o verbo na 3.^a pessoa (tu fala) e, em reduzidas áreas (talvez a mais forte seja o litoral catarinense e sul

(riograndense), ao tu ainda se segue a flexão histórica (tu falas). Quanto mais é reduzido o paradigma flexional número-pessoal do verbo, mais necessário se faz o preenchimento do sujeito pronominal, perdendo assim o Português Brasileiro o chamado parâmetro pro-drop, possível no Português Europeu, em que essas reduções não ocorrem tal como no Português Brasileiro, o português falado pelo povo.

O uso extensivo de você, em lugar de tu, cria no Português Brasileiro uma ambigüidade para o seu, possessivo que pode referir-se ao interlocutor ou não, ambigüidade desfeita no discurso (Comprei seu livro ontem ou Zélia Gattai escreveu um novo romance, seu livro está sendo muito vendido). Ambigüidade também desfeita, estruturalmente, pelo dele, que passa a adquirir a condição de pronome possessivo (Saramago escreveu um novo romance, o livro dele está sendo muito procurado nos meios de estudiosos).

Quanto aos pronomes complementos clíticos, sobretudo os de terceira pessoa – o, a, os, as – estão sendo eliminados no Português Brasileiro, preferindo-se, em seu lugar, ou o sintagma nominal pleno ou, embora estigmatizado pelos altamente escolarizados, o pronome sujeito correspondente, o chamado ele acusativo ou ainda o apagamento do pronome complemento, estratégia de esquiva muito freqüente (Seu filho estava no Shopping. Eu vi seu filho lá ou eu vi ele lá ou eu vi lá). O apagamento do objeto direto pronominal clítico é corrente no Português Brasileiro, movimento inverso ao preenchimento do sujeito.

Ainda quanto aos pronomes complementos clíticos, ressalta o lhe, originalmente um dativo, correspondente ao objeto indireto, usado como acusativo, objeto direto, correlacionado ao pronome sujeito você (- Você gosta muito de cinema. Eu lhe vejo sempre no Multiplex). O lhe

acusativo varia com te, mesmo sendo o tratamento você (- Você gosta de cinema. Eu te vejo sempre no Multiplex). Nos exemplos dados, o clítico canônico – o/a – pode ocorrer no uso cuidado, monitorado, de escolarizados; ele é adquirido na escola e, curiosamente, primeiro na escrita e depois na fala, o que mostra ser um recurso sintático, efeito de aprendizagem pela escolarização..

Ainda sobre os clíticos e aí, não só os de 3.^a pessoa, nós, brasileiros, quando os usamos, preferimos a próclise. A ênclise é hoje mal aprendida na escola, tanto que, cada vez mais, encontramos em textos de estudantes e em outros, como os jornalísticos, a ênclise nas posições em que, historicamente, sempre se usou a próclise, como nas orações subordinadas e nas negativas (O vestido que dei-lhe de presente ficou bom; Eu não disse-lhe que viesse!). Há ainda aceitação normal e generalizada dos clíticos na primeira posição da sentença, exceto os acusativos o, a, os, as (Lhe disse que não viesse; Me passe, por favor esse livro; Me dê uma carona até minha casa; me dê um dinheiro.

Ainda quanto ao sistema pronominal, no que se refere aos relativos, utilizamos freqüentemente o pronome lembrete (o professor que eu estudei inglês com ele voltou), em desproveito da estrutura canônica (o professor com quem eu estudei inglês voltou).

Concentrar-se nesses aspectos gramaticais na escola é realmente difícil, por isto precisa-se como professor, encontrar meios de mudar o ensino do português no Brasil, envolvendo as experiências dos alunos no processo de aprendizagem.

Hoje é voz uníssona que ensino da língua deve ser através da evolução natural do aluno. O aproveitamento da potencialidade lingüística inata do aluno é, sem dúvida, o caminho mais curto do ensino/aprendizado, pois é a ligação entre este e o professor, deve, portanto, ser utilizado na construção das aulas.

A espontaneidade do ensino favorece a metodologia aplicada pelo professor, uma vez que a pessoa já é possuidora de uma linguagem própria ou faculdade lingüística ou faculdade da linguagem que *corresponde a um esquema lingüístico genérico, em aberto, que capacita a criança a estruturar no cérebro o esquema lingüístico específico, ou seja, a língua a cujos dados é exposta.* (Luft, 2002:54).

Observa-se que o aprendizado espontâneo do aluno ocorre sem interrupções mesmo que ele não frequente a escola, pois são extraídos das regras subtendidas por ele nos atos de falar, executados diariamente e a toda hora.

Neste passo, vai-se encontrar orientações preciosas nos Parâmetros curriculares Nacionais para a Língua Portuguesa que preconiza enfaticamente que o aluno deve desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania (1997:5).

O ensino no Brasil sempre foi uma atividade unilateral do professor em que o aluno era participante quando este ordenava a feitura das tarefas ou respondia às indagações do mestre, muitas vezes ameaçado pela vara de marmelo ou pela palmatória, segundo Gilberto Freyre, em

seu livro *Casa Grande & Senzala: Foi à força de vara e palmatória que ‘os antigos’, nossos avós e bisavós aprenderam Latim e Gramática: Doutrina e História Sagrada.* (1978:417).

Esse ensino ministrado por padres, professores e preceptores que viviam sob o domínio de uma economia patriarcal, leva a acreditar até hoje nos meios menos aprofundados nas questões do aprendizado da língua portuguesa, que a força da palmatória, do marmelo e da vara de furar, levava os estudantes ao aprendizado, pois, tinha-se até pouco tempo atrás o ditado popular de que “menino burro e preguiçoso se conserta no pau”, numa alusão bem clara de que aprender depende de castigos físicos e não de uma perfeita interação entre todos os participantes do processo de ensino/aprendizagem.

Assim, foi durante o período de colonização e pós-colonização até aproximadamente os anos 60, quando o ensino começou a ser alvo de pesquisas e estudos relevantes no sentido de transformar a unilateralidade do professor em bilateralidade aluno/professor ou mesmo na tríade aluno/professor/escola, no sentido de interação com a própria sociedade, onde efetivamente o aluno expressa suas idéias, sentimentos etc., com vistas a sua inserção no meio em que vive com respeito e acatamento a sua condição de cidadão.

A Educação Moderna exige um ensino que permita ao aluno contextualizar seus conhecimentos, levando-o a se apropriar naturalmente da linguagem dita culta. A Gramática tradicional falhou nesta missão, pois está voltada para terminologias e dá as costas ao que está acontecendo com a língua como instrumento social de comunicação. O que vale, é que já existe um consenso, que é o de aproximar a língua da realidade do estudante. Deve-se, portanto, com a ajuda do profissionalismo e argúcia do professor, criar exercícios para incentivar o raciocínio

lingüístico do aluno. Deve-se, também, criar exercícios de atividades compatíveis com a realidade do meio praticado pelo discente e com as mudanças educacionais exigidas pela lei para evitar-se o descumprimento desta.

A criação de conteúdos novos também é uma excelente prática de motivação do educando, que vê na repetição do mesmo uma razão para não aprender a língua, recusando-se, até mesmo de forma espontânea a aprender o *bê-a-bá* da escola . As atividades de leitura e reflexão sobre a língua e produção textual, e atividades de leitura são também de grande valia no ensino da língua.

É ponto pacífico, entre os estudiosos do ensino da língua, que não há mais lugar para o professor repetidor, aquele que vê na fórmula sacramentada da gramática o aprendizado da língua, esta como mera decodificadora de regras e preceitos de perfeição lingüística, porém de conteúdo negativista do ponto de vista da comunicação, especialmente, entre os menos letrados, porque é, obviamente, a comunicação, reconhecida como objetivo maior do aprendizado da língua portuguesa e de outro idioma qualquer, haja vista que somente ela torna comum todos os conhecimentos entre as pessoas, seja na escola, no meio social ou em qualquer outra parte das interações sociais.

2.5 Da necessidade da teoria gramatical

Entende-se por teoria um conjunto de princípios fundamentais de uma arte ou de uma ciência. Conjunto de conhecimentos não ingênuos que apresentam graus diversos de sistematização e credibilidade, e que se propõem explicar, elucidar, interpretar ou unificar um dado domínio de fenômenos ou de acontecimentos que se oferecem à atividade prática.

A teoria gramatical do ponto de vista formal, estabelece os fundamentos científicos da comunicação; possui caráter interdisciplinar e apresenta-se, neste prisma, como a imbricação de diversas áreas de conhecimento (semiologia, teoria da informação, lingüística, sociologia, etc.), e é voltada essencialmente para a análise matemática dos problemas relativos à transmissão de sinais no processo de comunicação. (Aurélio, 2005)

Do ponto de vista da praticidade, isto é, quando visa a fins utilitários; funcional, neste caso relativo às leis, às regras ou à linguagem próprias de determinado domínio do conhecimento, e que se consideram independentemente do conteúdo, da matéria ou da situação concreta a que se aplica, a gramática é extremamente necessária, haja vista, que a noção desse tipo de comunicação exige precisão na sua utilização, como por exemplo: numa cirurgia mais complexa, o médico estabelece uma conversação com o instrumentador cirúrgico através de gestos que somente estes e os profissionais da medicina estão afeitos. A mensagem, como estrutura organizada de sinais que serve de suporte à comunicação; dispensa as manifestações gramaticais implícitas, que neste caso são desnecessários, mas explicitamente lá esta a gramática quando o médico gesticula e o instrumentador entende o “Dê-me a pinça”; “passe-me o bisturi”; “embeba o algodão em iodo”, etc.

A propósito da gramática explícita, tem-na os estudiosos como artificial, no sentido de não estar necessariamente prevista pela natureza; técnica: das gramáticas mais informais, feitas por amadores (ou copistas), até as modernas gramáticas científicas, elaboradas por lingüistas; discursiva (submete à análise o que é sintético.) (Luft, 2002:75), isto é, torna explícito o que está

internalizado no saber intuitivo das pessoas; é ensinada por outros; é formal, pois aprendida na escola visa ao comportamento em sociedade; é escrita, pois, preocupa-se com o escrever “certo”, dado a responsabilidade na interpretação e na transmissão da mensagem; sujeita a erros, pois a evolução de outras ciências dita as transformações pelas quais devem passar a gramática, especialmente a aprendida nas escolas.

O ensino da gramática é baseado na escrita e não se pode confundir escrita com língua, pois constituem sistemas totalmente diferentes surgidos em estágios diferentes. A língua representa uma aquisição natural e anterior à escrita e, muitas vezes é utilizada sem que as pessoas conheçam sua forma escrita, como os milhões de analfabetos que ainda infestam as diversas regiões do mundo, e os povos de línguas ágrafas, isto é, que não são representados por nenhuma escrita, isto de acordo com incrível estatística que certifica que existem no mundo todo, aproximadamente, três mil línguas, das quais apenas cento e dez possuem escrita, mas que esses povos sem escrita são atrasados tecnologicamente, porém estabelecem comunicações perfeitas entre seus convivas.

O rigor extremado da disciplina gramatical dessa moça língua literária distancia-a da realidade da língua falada, altamente diferenciada em função da diversidade de etnias e de culturas infestaram o Brasil em sua época colonial e após.

Como língua escrita, era e é, ainda, privilégio apenas de uma elite, o que leva alguns autores a afirmar, erroneamente, que esse padrão escrito corresponde à língua utilizada, no dia-a-dia, por essa classe social, que, apesar de tudo, erige-se como salvadora dos padrões nascidos com a língua, nos primórdios da infinda mistura ocorrida em todo o território brasileiro.

Nisto têm razão os que afirmam ser a gramática artificial (escrita e ensinada na escola), um veículo de aprimoramento da gramática natural, implícita, como instrumento carreador de perfeição para o progresso da humanidade, mas que em outro sentido ela desarticula o funcionamento natural da língua que não dependa do aprendizado escolar, tratando de enterrar vivos costumes e tradições de um povo.

O que se considera como excessiva é a transformação do estudo da língua em estudo da gramática, desprezando certos professores da escola tradicional, o estudo da língua como meio eficiente, atual e vivo de estabelecer comunicação entre eles, a escola e os alunos e destes, com toda a sociedade que ele integra e necessita para realização de sua cidadania.

A escola não está acostumada a ver a linguagem do aluno, seus trabalhos em classe e fora, pela ótica da comunicação e sim como expressões gramaticais que geralmente são consideradas fracassadas, porque não exprimem a realidade estatal de demonstrar o poder coercitivo das classes maiores no sentido do desmoronamento dos ensinamentos lingüísticos como formador de opinião, de mudanças conceituais e de entendimento das mazelas sociais..

Para se comunicar a certa distância, sem a interferência e os perigos dos recursos sofisticados da internet, telefone, etc., ainda de difícil aquisição pelas classes mais pobres, evidencia-se, ainda, o poder comunicativo das correspondências epistolares, onde o mensageiro (emissor) não necessita, obrigatoriamente, conhecer o sistema sofisticado desses meios comunicativos. .

As complicações do mundo informatizado impõem ao não alfabetizado, a obrigação deste procurar pessoas letradas para operar a máquina e “traduzir” a mensagem, expondo suas particularidades por conta das miudezas gramaticais que só servem para chatear.

É com base neste pensamento que Luft diz que o uso brasileiro consagrou um novo princípio, uma nova regra. Um princípio usual contra um princípio lógico e acrescenta que Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo, (2000:34), mais uma vez demonstra a desnecessidade do uso indiscriminado de regras difíceis do aprendizado gramatical escolar.

A lógica está do lado da doutrina de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), filósofo alemão, e de seus seguidores do idealismo absoluto que identifica a realidade com a razão ("todo real é racional"), compreendida esta por meio do desenvolvimento histórico da consciência, do que resultou a criação do método dialético, ou seja, da variedade sub-padrão ou não-padrão de uma língua, associada a grupos que não contam com prestígio social, e estão do lado das classes gramaticalmente inferiores, segundo entendimento da Gramática Tradicional.

Ora, escrever “bem” é uma questão de uso lógico e não de princípios, pois, baseia-se na sintaxe, portanto, na disposição das palavras na frase e a das frases no discurso, bem como a relação lógica das frases entre si; na construção gramatical. Não só na sintaxe, diz o autor acima referido,

(...) mas na língua toda: semântica, léxico, morfologia, fonologia e fonética – tudo é questão de USO. Vale o que a comunidade dos falantes tacitamente (raro explicitamente) determina que vale. A língua é auto-determinada pelos seus usuários. (2000:17).

Exemplo melhor não poderia ser dado a esta situação de uso, do que a expressão dos escolarizados, elites do saber quando usam: *Custou-me habituar-me ao calor daquela cidade* ;contra o uso do povo: *Custei a me habituar ao calor daquela cidade*. (Mesmo autor, mesma página)

Ora, se o importante é comunicar, qual das duas frases comunica melhor? Consuetudinariamente, a do povo, se usada no meio propício ao seu entendimento e, aliás, em qualquer meio, que não queira encontrar na gramática artificial motivos de chacota pelo uso vulgar da língua.

Da necessidade da teoria gramatical aqui explicitada, na modesta linguagem de apenas um professor, com o apoio de grandes teóricos da lingüística e da gramática, conclui-se pela competência plena da linguagem verbal que se comporta como sistema completo das regras que governam os atos da linguagem, que não são necessariamente regras da gramática artificial,, criada após o fenômeno da fala.

Entre a o aprendizado das regras naturais da linguagem humana que tem seu arcabouço na eficiência da teoria natural do falante, portanto sem deficiências, pois se deficiente não funciona como comunicação, e o ensino artificial dos gramáticos, deficiente e muitas vezes inoperante, que se imbui de uma gigantesca tarefa de dar nomes a todas as competências gramaticais em detrimento das competências naturais, ocorre a idéia de que é impossível a teoria explicita como infalível, por isto mesmo prejudicial ao uso exacerbado da gramática.

Convém ressaltar, que o ensino da teoria gramatical na escola é supérfluo enquanto não se torna necessária essa prática, isto é, enquanto o estudo não convier ao aperfeiçoamento gramatical do aluno. A teoria acima referida não é para o uso comunicativo cotidiano que é ou deve ser a essência da atividade escolar relativa à língua portuguesa.

É preciso examinar, também, com cuidado, a expressão idiomática vulgar. O adjetivo vulgar tem sido empregado com vários sentidos. No sentido de corriqueiro, sem conotação pejorativa, referindo-se à língua falada em situações informais, pela população romana brasileira, inclusive de altas classes; tem sido também usado no sentido de língua popular, derivado de vulgo, "povo"; e, finalmente, no sentido depreciativo de vulgarismo, isto é, uso lingüístico condenável, sob o ponto de vista purista conservador, altamente usada pela classe literária sofisticada e pelos meios mais conservadores do ensino da combalida Gramática Tradicional.

Para finalizar, faz-se, normalmente, uma distinção entre português vulgar e português clássico. A expressão português clássico, deve ser entendida como a língua literária e a língua escrita em situação formal. Mattoso Câmara informa: Estava sujeito a uma disciplina rigorosa e era tema de atenção por parte dos intelectuais e, mais particularmente, dos gramáticos, que se inspiraram na gramaticologia grega. (1979:23). Como uso refletido e aprendido resistia às forças evolutivas da língua, cingia-se a um padrão escrito, que procurava ser imutável, e prestava-se mal para a vida social corrente, "quotidiana", porque esta está sempre em evolução por força do próprio processo de desenvolvimento.

Já o chamado português vulgar, na verdade, diz respeito à língua viva, usada por todas as camadas da população brasileira, e, portanto, muito diversificada. E é exatamente nessa língua inovadora que têm início a nossa compreensão de perfeita comunicação social.

É justo até dizer que a língua falada pelo povo, essencialmente a língua oral, vive em processo de perene evolução, por isto mesmo não podendo parar no tempo, ou voltar no tempo, para satisfação das classes privilegiadas. Não, a língua é vida, é dinâmica na qual não se pode inserir regras que resultem freios em sua natural evolução, tão somente porque dizemos: Me dê uma oportunidade de provar que sei a língua a meu modo, a língua pela qual me comunico.

O que se pretende criar, no aluno e no professor, é a vontade de mudar o seu comportamento ante a necessidade deles mesmos e, ao alvedrio, transformarem-se diante da realidade do mundo e do Brasil em particular, em face do seu realismo lingüístico e que considerem o espaço escolar como a grande ocasião de aprenderem a colocar seus pensamentos, suas emoções e paixões, face a face com a beleza e compreensibilidade que a nossa língua é capaz de comunicar, aguçando-lhes, sobretudo, o dinamismo espiritual que só os seres dotados de inteligência são capazes de realizar.

A realidade concernente ao estudo da gramática, de suas regras, história, influências, bem como, da aplicação de resultados obtidos para solução de problemas práticos, é ainda crucial e desafia a argúcia e a sensibilidade dos profissionais da educação na solução do problema de aproximar fatos gramaticais do educando, como fórmula célere para o desenvolvimento da capacidade de abstração deste.

Por outro lado, deve o educador, ser um gerador de opiniões e conceitos que induzam o aluno a ter comportamento analítico e sóbrio, quando se tratar de discutir conceitos e entendimentos dos conteúdos programados e dos que por acaso surjam na sala de aula, preparando-se e preparando o aluno, para o enfrentamento da nossa realidade escolar, no caso as dificuldades gramaticais que, mesmo com os preconceitos advindos hoje da regularização da língua padrão, através desta, como ciência de efeitos danosos para o aprendizado da língua portuguesa, há de se entender, sobretudo, que não existe nessa disciplina tal propensão. Se existe há de ser na maneira de ministrar os seus conteúdos que, por comodismo, muitas vezes, o professor prefere utilizar métodos arcaicos de repassar seus conhecimentos, através de maçante aula expositiva sem a inserção de elementos contextuais que demonstrem a Gramática Normativa ao aluno, como uma conseqüência lógica do aprimoramento da sua gramática natural.

Pode-se, sim, a respeito do que se expôs acima, fazer o aluno crescer em linguagem, aumentar o vocabulário, os recursos expressivos, tomar consciência das potencialidades da língua, dominar a escrita, pontuação; estruturar parágrafos, técnicas de correção e aperfeiçoamento estilístico, variabilidade expressional, etc.

O que não pode é ensinar ao aluno o que ele já sabe desde a sua mais tenra idade: falar, utilizando-se dos recursos naturais da língua e, conseqüentemente, da gramática.

O problema ensinar gramática é tão complexo e tão largamente discutido que ensejaria, pelo menos, uma década para colocar no papel os vários pensamentos sobre as controvérsias por ele suscitado. Mas, ao empreender este modesto trabalho, houve a oportunidade de descobrir nos autores consultados, um ponto comum no deslinde dessa desavença entre língua

e gramática, entre lingüistas e gramáticos: quanto às técnicas e métodos de se levar ambos para a sala de aula, isto é, quanto à dissociação de uma da outra, como se essa divisão pudesse acontecer. Em suma, o defeito não está nem na gramática e muito menos na língua, está, obviamente, nos operadores do ensino – escolas, professores, coordenadores, etc. ou muito mais, além das escolas, nos gabinetes refrigerados dos homens que não desejam o sucesso da educação no Brasil, talvez por ignorância ou mesmo por egoísmo, que não deixam acontecer a educação como único caminho de mudar a nossa história, não somente a lingüística, incluindo-se nela a gramatical, mas toda a História do Brasil Contemporâneo.

2.6 Do ensino gramatical para uma análise lingüística

Para se proceder ao exame de cada parte da lingüística, com a finalidade de se chegar a uma conclusão sobre o todo, tendo em vista o conhecimento da natureza dessa ciência, suas proporções, suas funções, suas relações intrínsecas com a gramática, de quem não pode se separar, para poder situar uma análise dos problemas da língua portuguesa, tendo em vista as dificuldades apresentadas pelos mais eméritos estudiosos e renomados pesquisadores, que vêem nessa relação uma forma prejudicial de conduzir o ensino/aprendizagem daquela, em função desta.

No entanto, buscar-se-á aqui, trazer à luz deste pequeno trabalho, algumas implicações que a Gramática como parte indissociável do próprio ensino da língua traz, segundo alguns autores, pois, tem carregado em si vários problemas e gerado acirradas discussões, no sentido de que, para outros estudiosos, ela é plenamente dispensável.

Começa-se enfocando o entendimento de que a gramática tem sido o centro do ensino de português em nosso País, e não a língua falada e a língua escrita, como base do sistema de comunicação, portanto, de entendimento entre as pessoas, como deveria ser.

Diante de tal desvio de finalidade, estão sendo levados aos alunos do Ensino Fundamental e, em especial, do Ensino Médio, ensinamentos falhos sobre lingüística, uma vez que o aluno estuda a língua em sua padronização sem procurar entender a sua organização e o seu funcionamento natural, sem se ocupar em descobrir os fenômenos da linguagem, isto é, o uso da palavra articulada ou escrita como meio de expressão e de comunicação entre pessoas em seus aspectos oral e falado, sem qualquer preocupação de estabelecer a noção gramatical de “certo” e “errado”, em obediência a um sistema utilizado apenas para definir classes sociais, imposto pela Gramática Normativa ou Descritiva, grande estorvo do aprendizado nas escolas principalmente públicas, dado o baixo nível de consciência social.

São atitudes falhas envidadas pelo ensino posto em prática pelas escolas públicas e particulares, pois condiz a uma maneira errônea de se dirigir o ensino/aprendizagem pela lastimável prática *de encher a cabeça do estudante com algo inútil, confuso, incompleto - o conhecimento teórico não contribui significativamente para o domínio da língua.* (PERINI, 1988:23)

Reconhecendo a desnecessidade dessa experiência imposta aos alunos, há séculos de ensino da gramática, como ensino da língua portuguesa no Brasil, experiência essa vista como criminosa no que tange à imposição que ceifa a liberdade do estudante de usar e aprender a língua de forma democrática, Gerald afirma que *O ensino da língua foi desviado para o ensino da teoria gramatical*. (1987: 21)

Ora, se a função da escola, como já foi referida, é o ensino da língua portuguesa utilizada por todos e não somente pelas classes dominantes e muito mais falada pelas classes dominadas, não é a gramática que ensinará tal aprendizado e consolidará o objetivo colimado em seus planos curriculares de “Ensino da Língua Portuguesa”, pois a língua, evidentemente, não são as regras de sua padronização, para ser redundante, mas a expressividade de um povo, de uma nação, no sentido invariável de obter uma comunicação que, quanto mais completa, melhor, seja ou não com a observação de regras.

Assim, se disser “Maria e João veio ao Rio atrás do seu filho mais velho José, para matricular ele na escola da sua cidade”, estaria entendida por todos esta comunicação tida como “errada” pela gramática. Porém, se disser: “Maria e João vieram do Rio à cata do seu primogênito José, para inscrevê-lo na escola de sua urbe”, quantos do povo entenderiam a mensagem? Estaria a perfeição gramatical fazendo o papel da língua? Concretizaria esta os seus objetivos de comunicar e inteirar?

Esta e outras obrigações gramaticais levam o estudante ao desinteresse pelo estudo da língua, pois quando pensa haver entendido o conteúdo trabalhado em sala de aula, para que possa transmitir suas mensagens com liberdade de expressão, aparece o professor com uma

interminável série de conceitos gramaticais que o atordoa, amargura-o e o torna descrente da possibilidade de ser considerado eficiente e capaz de aprender a “língua” mãe. Tal idéia o transforma, muitas vezes, no pior dos estudantes. Daí, as frustrações, reprovações, recriminações que começam pela própria escola, empurrando-o para a reprovação ou para a evasão escolar e para o preconceito lingüístico de que não sabe português.

Assim, tem-se com certo acerto, que as fórmulas estagnadas de se ensinar gramática, que proliferam nos livros gramaticais de hoje, são procedimentos desgastados, que não provêm de uma experiência didaticamente reconhecida, pois há um convencimento de que a palavra isolada de um contexto é um fato artificial, sem significado lógico, portanto incompreensível, necessitando, é claro, ser vista de forma dinâmica, em sua inter-relação com as demais, em todo significativo que é a frase em seu estabelecimento de perfeita comunicação.

O ensino gramatical, garantem uns a contragosto de outros, baseados em fato gramatical, é imprescindível pois, NICOLA/ULISSES, posicionam-se em defesa da forma social da inserção do estudo da gramática como valorização da expressividade lingüística na seleção vocabular, dizendo, letra por letra:

Nenhum fato gramatical é apresentado de forma teoricamente estéril; afinal, a língua é ‘a parte social da linguagem’, e seu aprendizado deve ser uma vivência constante e instigante. Não há passagem em que não se procure valorizar a expressividade da seleção vocabular e da construção sintática, inculcando-se no aluno a percepção dos valores afetivos da linguagem. Daí a presença de textos inteiros para estudo, nunca de frases isoladas. Daí, também, não resistirmos à tentação de ver na gramática um instrumento de interpretação do mundo,. Acreditamos que nossa posição conte com a solidariedade de alguns mestres. (1992:7).

Os autores da Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa, acima referidos, tentam passar (no livro) a idéia de que o ensino e o estudo da gramática não são fatos isolados,

quando asseveram que Não há passagem em que não se procure valorizar a expressividade da seleção vocabular e da construção sintática, inculcando-se no aluno a percepção dos valores afetivos da linguagem. (1992:23).

Com efeito, a afirmação provoca na mente de qualquer estudante, uma confusão em vista da aridez do ensino gramatical constatado por todos. Agora, no que se refere aos recursos imprimidos pelos autores à dinâmica do ensino do seu compêndio gramatical, podemos até admitir o atestado dos mesmos, principalmente, quando eles dão a palavra ao renomado estudioso Paulo Freire, que diz: A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica sempre a continuidade da leitura daquele. (1992:24).

É verdade, desde que Paulo Freire esteja se referindo à palavra como discurso, como uma manifestação concreta da língua e não como a palavra havida em seu enclausuramento lingüístico, isto é, afastada do contexto social, ou melhor, do convívio do aluno com o contexto.

Realmente, alguém procura explicar essa atitude em considerar a gramática como de estudo dinâmico ou, pelos menos, de estudo dinamizado pelas técnicas e pela metodologia inserta por eles, o que nos dá uma melhor visão nesta análise, quando Ernani Terra se reporta ao estudo como:

(..).uma novidade nos livros de gramática: a elaboração de questões que levam à respostas pessoais, estimulando a reflexão, bem como a elaboração de exercícios resolvidos, em que exploramos não só a aplicação da teoria estudada, mas também o seu papel como instrumento de “leitura do mundo. (2002: 18).

Há na fala dos autores abordados uma disposição elogiável ao abandono do ensino tradicional da gramática e uma acertada forma de dirigir o ensino modernamente, produzindo uma gramática com clareza na apresentação de conceitos, sem torná-la maçante.

Partindo-se deste ponto, entende-se que a gramática hodierna deve ser construída com o aproveitamento da experiência lingüística do cotidiano do aluno e do professor, discutindo mutuamente e de forma ampla, o sistema comunicativo vivo e dinâmico, presente em todos os níveis de fala da língua portuguesa contemporânea, levando-se para sala de aula as notícias de jornais, anúncios publicitários, revistas, livros de literatura clássica e popular (cordel), revistas de quadrinhos, etc., e tudo que sirva de material de fornecimento de colocação de fatos gramaticais e lingüísticos para, em casamento, demonstrar a linguagem e a gramática como elementos indissociáveis e essenciais ao estudo, não gramatical, mas da língua portuguesa como um todo.

Considerando os escopos do ensino gramatical, vê-se que eles se prendem, invariavelmente, às regras e princípios utilizados na arte de escrever e falar bem uma língua. E a lingüística se preocupa basicamente, em seus variados ramos, com a investigação da organização e do funcionamento das diversas línguas. Ocupa-se em descobrir e explicar os fenômenos da linguagem, sem qualquer preocupação em estabelecer padrões de “certo” e “errado”, isto é, o estudo da lingüística em seus objetivos finais, desvia-se do da gramática, uma vez que esta define o “certo e “errado, sublimando a linguagem e a elitizando para diferenciação das classes que a usam em seus fenômenos comunicativos, vez que é a linguagem um processo de comunicação de uma mensagem entre dois sujeito falantes, decifradores de um mesmo código lingüístico.

Observando alguns dos principais ramos da lingüística, concluimos pela proximidade muito grande, quase impercebível, entre esta e a gramática, a ponto de divisarmos tênue separação em apenas alguns dos seus ramos com relação à aplicação de ambas: a gramática como arquiteta de regras, preceitos e princípios, para o uso correto da língua e a lingüística como investigadora e organizadora do funcionamento de diversas línguas. Vejamos como ilustração, a extensão do estudo dessa ciência da linguagem, através dos seus ramos baseados somente no Dicionário Aurélio – 2005, em face da dificuldade em aprofundar aqui o estudo relativo a essa ciência:

Lingüística aplicada. Ramo da lingüística voltado para a solução de problemas, como, por exemplo, aqueles que se apresentam no ensino de línguas.

Esta lingüística pode, através da sua história e da aplicação dos resultados obtidos na investigação para solução de problemas práticos, ajudar a própria gramática quanto ao emprego de um dinamismo mais acentuado em seu ensino, deixando de lado a falta de oportunidade de preparar de logo, o aluno, para ser um cultor das letras, preparando-o, antes, para as comunicações da vida, para a exteriorização dos seus sentimentos.

Lingüística descritiva. Ramo da lingüística que investiga os fatos de línguas particulares.

Lingüística educacional. Lingüística aplicada ao ensino e à aprendizagem de línguas.

Este outro tipo é de amplitude muito grande, porque trata de procurar os acontecimentos que emperram ou ajudam o ensino e a aprendizagem da língua em sua essência, sendo de grande necessidade a sua aplicação como elemento de pesquisa para a busca de soluções neste particular.

Lingüística estrutural. Preocupa-se com a Gramática estrutural.

A estrutural, obviamente, destitui de qualquer um o pensamento de separação da língua da gramática, uma vez que está patente a vinculação de uma à outra, pelo conjunto que formam, naturalmente ou artificialmente, pela reunião de partes ou elementos, em determinada ordem ou organização, para compreensão das finalidades de cada um desses elementos, os efeitos, maléficos ou benéficos, que cada um pode causar quando não estudados e aplicados convenientemente, no momento oportuno.

Lingüística geral. Ramo da lingüística que procura estabelecer os princípios gerais da linguagem humana e sua realização em línguas particulares.

Lingüística histórica. O estudo da evolução das línguas; gramática histórica.

Lingüística quantitativa. Ramo da lingüística que, com o auxílio de técnicas estatísticas, estuda a freqüência e a distribuição de dados gerais com base num extenso corpus.

O estudo vai até mesmo a Lingüística neurológica ou Neurolingüística que se atém ao aprendizado relacionado com os problemas neurológicos, ramo da medicina que se ocupa das

doenças do sistema nervoso em todos os seus aspectos, que intervêm na fala das pessoas e na reação do meio social.

No entanto, sendo a lingüística organizadora do funcionamento da língua, subtende-se, em análise perfunctória, ser o ensino da gramática necessário, uma vez que:

(...) as pessoas, quando falam, não têm a liberdade total de inventar; cada um a seu modo, as palavras que dizem, nem têm a liberdade irrestrita de colocá-las em qualquer lugar nem de compor, de qualquer jeito, seus enunciados. Falam sim, todas elas, conforme as regras particulares da gramática de sua própria língua. Isto porque toda língua tem sua gramática, tem seu conjunto de regras, independentemente do prestígio social ou do nível de desenvolvimento econômico e cultural da comunidade em que é falada. Quer dizer, não existe língua sem gramática. (Luft, 2003:85)

Com efeito, o autor tem razão, usar a língua sem observância das regras de fonologia, morfologia, sintaxe e semântica, é, possivelmente, conversar ou escrever sem nexos, de forma ininteligível.

Pretende-se na escola que essas regras sejam captadas da própria capacidade do aluno em “enxergá-las” e não na imposição de um ensino gramatical árido, frustrante e sem uma combinação entre o realizar a fala no dia a dia de forma mais ou menos livre e na escola ser empurrado, imediatamente, para a “decoreba” dos assuntos gramaticais mais complicados, como se empurrasse no aluno, goela abaixo, um prato de mingua fervente sem lhe dar a oportunidade de esfriá-lo.

O X do problema se resume, em análise muito simples, não na questão de ensinar gramática, mas o problema maior é discernir sobre o objeto do ensino dessa ciência e a metodologia a ser aplicada.

Para o professor é de grande valia aprender a escolher competências, objetivos, métodos e técnicas que viabilizem o ensino da gramática em consonância com o da linguagem, isto é, cuide do seu papel social na capacitação das pessoas para o exercício pleno de sua consciência, para que possa amenizar a complexidade do processo de ensinar e aprender, com base no conjunto de doutrinas, princípios e métodos de educação e instrução que tendem a um objetivo prático, finalidade maior do ensino que, segundo a professora Irandé Antunes:

A complexidade do processo pedagógico impõe, na verdade, o cuidado em se prever e se avaliar, reiteradamente, concepções (o que é a linguagem? O que é uma língua?), objetivos (Para que ensinamos? Com que finalidade?), procedimentos (Como ensinamos?) e resultados (o que temos conseguido?), de forma que todas as ações se orientem para um ponto comum e relevante: conseguir ampliar as competências comunicativo-interacionais dos alunos. (2002:34).

O ensino gramatical para um estudo pormenorizado, crítico da lingüística consiste, pois, na escola como um instrumento de revisão e orientação de toda sua estrutura para um ensino prático que, acima de tudo, saiba contornar os conflitos existentes entre a linguagem, uso da palavra articulada ou escrita como meio de expressão e de comunicação entre pessoas, e a gramática, conhecimento internalizado dos princípios e regras de uma língua particular, formando, assim, um conjunto indissociável do ensino/aprendizagem eficiente porque comunica e imprescindível porque articula a forma de comunicar.

Considerando, entretanto, a naturalidade da língua e da linguagem como fenômeno inerente ao ser humano, avalia-se, também, como natural o fenômeno gramatical, uma vez que ele nasce com a língua. É verdade? É sim, pois os bebês quando “aprendem” a falar já usam a gramática, como por exemplo, “Maíinha cê é minha mamãe”, oração simples sempre utilizada por bebês logo que descobrem sentimentos e formas de expressá-los.

Assim, não resta a menor dificuldade em crer, que a gramática é um livro inscrito na pessoa (natural) e escrito, artificialmente, para registro das expressões pedantes de certa classe de indivíduos, classe dominante, que impõem regras e modos de fazê-las sem, entretanto, inventar formas de bem cumpri-las, deixando a cargo da escola e, especialmente, do professor inventar e reinventar, maneiras com a ajuda dos livros gramaticais ou de sua experiência tradicional, sem as mudanças que carreguem a prática como única porta de saída para tão grande problema.

Celso Pedro Luft é exímio quando atribui à gramática natural o título de vital e verdadeira, quando a define como: conjunto de regras que sustentam o sistema de qualquer língua,, com ela nascem, evoluem e morrem.. (2002:67)

Sendo um sistema, conta com uma disposição das suas partes ou dos elementos do seu todo, coordenados entre si, e que funcionam como uma estrutura organizada. Então, todos os falantes dispõem desse conjunto provindo de sua própria estrutura humana que, naturalmente, agrupa as palavras de forma a dar às mesmas um sentido que os interlocutores entendam um discurso.

Às vezes é muito mais fácil se entender um discurso de quem nunca estudou do que de um letrado; José Vasconcelos, renomado cômico nacional, que o diga.

A gramática artificial, segundo Luft, elaborada, rebuscada, consistente em palavras que fogem ao entendimento de qualquer pessoa, até mesmo culta, *não passa de um livro*

armazenador de meras tentativas de registro e explicação da parte íntima das regras contidas na gramática autêntica” (2003:6), por isto mesmo, quanto a sua atividade:

Uma gramática irrigelada, inflexível de uma língua que não se move na tentativa de congelar o procedimento dinâmico da língua natural; prescritiva e intolerante porque sua preocupação é a de apenas manter o “certo” para os “bons” falantes (dominadores) e o “errado” para os “maus” falantes (dominados). (2003:7).

São os últimos, os “maus” falantes, quem realmente fazem a história, mas não a escrevem; nem fazem uma gramática para os que falam o popular, mas deixam que seus dominadores, que falam a nossa língua como se ela não dependesse de todos que a fala e não nos oferece oportunidade de nem na escola, depender dela, satisfazendo-se em ser “ditadores” de regras de efeitos comunicativos inúteis, por isto mesmo, de pouca importância lingüista, asseveram os que não são gramáticos.

Concluí-se, por derradeiro, que a gramática é importante enquanto veículo de condução ao entendimento das comunicações entre as pessoas e insignificante quando abandona o campo das comunicações para se postar no palco das especulações das regras como fundamento maior de sua existência.

Neste último sentido o ensino da gramática diante desta pequena análise se situa do outro lado da lógica do ensino da língua, devendo o professor, como bom artífice da educação, saber podar os excessos gramaticais, reduzindo o seu ensinamento à prática, pedindo que lhe escute a voz da razão ao solicitar urgência na reformulação do ensino da “arte de escrever e falar bem” denominada, a nosso ver, equivocadamente, de gramática, uma vez que é artista da escrita do falar bem, quem comunica bem.

3 APLICANDO A METODOLOGIA

Ao pôr em prática o conjunto de técnicas e processos, utilizados para ultrapassar a subjetividade do professor e atingir a compreensão do aluno, foi colocada, neste estudo, uma série de atividades que compuseram a aplicabilidade da metodologia.

Tais aplicações, porém, devem ser aquelas insertas nos objetivos da metodologia, citadas por Thiollent, quais sejam:

(..) .analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização. Em suma, a metodologia com a avaliação de técnicas e com a geração ou a experimentação de novos métodos que remetem aos modos efetivos de captar e processar informações e resolver diversas categorias de problemas teóricos e práticos da investigação. (2000:25).

Se na pesquisa-ação a metodologia é entendida como *disciplina que se relaciona com a epistemologia ou a filosofia das ciências* (idem, ibidem), cabe dizer que a metodologia,

(...) se relaciona com o conjunto de conhecimentos que têm por objeto o conhecimento científico, visando a explicar os seus condicionamentos (sejam eles técnicos, históricos, ou sociais, sejam lógicos, matemáticos, ou lingüísticos), sistematizar as suas relações, esclarecer os seus vínculos, e avaliar os seus resultados e aplicações. (Dicionário Aurélio, 2005).

Neste caso metodologia não é pesquisa-ação, mas um método de estratégia da pesquisa que, tem por finalidade, procurar e recomendar a aplicação de um conjunto de técnicas e processos que eliminem o subjetivismo professoral, encaminhando o aprendiz a uma situação de participação que provoque em si mesmo uma sucessão de mudanças que o conduzam para a captação de determinadas informações que provenham da sua própria vontade de aprender.

A respeito do aprendizado do aluno calcado na vontade de aprender, notável pensamento filosófico de Confúcio dita com poucas palavras e com perfeição, o processo que deve ser encetado com a finalidade de levar o aluno, de vontade própria, a conduzir em si mesmo, as necessidades de colocar mais conhecimento em seu acervo cultural, sem as expectativas de a ele se ensinar alguma coisa, mas com o fim objetivo de que ele deva sentir a necessidade de aprender, de desenvolver o seu eu, sem os constantes assédios escolares. Assim se preleciona o mestre: *O que me falam eu esqueço. O que me ensinam eu decoro. O que eu sinto eu aprendo.*

Discutir os incontáveis problemas da escola pública é, antes de tudo, deparar-se com uma série de questões que a todos afligem e que a escola, enquanto transformadora de opiniões dos alunos, ainda não é suficientemente preparada para resolver tais impasses, utilizando-se de um método que tenha os objetivos acima citados e condição de usar os conhecimentos lingüísticos como objeto do conhecimento do aluno, acrescentando a este conhecimento, orientação científica para o aprendizado do aluno.

Depois de observar a participação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, concluí-se que: a maioria dos professores, não consegue transmitir os conteúdos, em virtude do aluno não entender o que lhe é passado, por força da má formação que ele traz de cursos anteriores para o nível médio, situação que cria no educando um impressionante estado de letargia que muito prejudica o seu aprendizado e o obriga à desistência do curso e, no professor compromissado, uma grande frustração na sua alta missão de conduzir o aprendizado,

Portanto, para maior eficiência do desempenho da tarefa ensinar-aprender, tem-se que refazer o estudo da pertinência do próprio conceito de metodologia, com a intenção de primeiro entender o aluno, para depois se fazer entender por ele. Para isto traçar novos caminhos, novos rumos, que realmente conduzam a uma reunião de técnicas e processos que sejam utilizados para transpor a subjetividade do professor e valorizar o conhecimento natural do aluno, partida, principalmente, da realidade por ele vivida em seu aprendizado inicial, é primordial.

Com o propósito de atingir as finalidades, urge se estabelecer uma linha de raciocínio lógica, tendo o cuidado de utilizá-la sem as quebras, tão comuns nas escolas de hoje.

Começar, levando em consideração algumas leituras a realizar, que agradem o aluno e que o levem ao sentido indiscutível da fórmula sentir para entender, pois, contextualizadas, as leituras operam verdadeiras transformações na forma cognitiva de captar ensinamentos, é aconselhável e merecem muita atenção os ensinamentos de Edgar Morin em sua obra “A Articulação do Saber”, que vê como imprescindível a inserção da palavra num encadeamento de idéias que formem um conjunto perceptível pela vontade ainda não formada do educando, quando ele se refere à evidência da psicologia cognitiva, *ipsis literis*:

Um conhecimento só é pertinente na medida em que se situe num contexto. A palavra polissêmica por natureza, adquire seu sentido uma vez inserida no texto. O texto em si mesmo adquire seu sentido no contexto. Uma informação só tem sentido numa concepção ou numa teoria. Do mesmo modo, um acontecimento só é inteligível se é possível restituí-lo em suas condições históricas, sociológicas ou outras. (1987, p. 61).

É isso que falta na sala de aula de hoje, ou talvez na de muito tempo, desde quando o aprendizado tornou-se repetitivo, enfadonho, asfixiante e sem nenhum sentido, porque é

primordial aprender a contextualizar, ou melhor, a globalizar, e saber situar um conhecimento num conjunto organizado, capaz de levar ao aluno a perfeita apreensão do objeto pelo pensamento, tirando-o da letargia para despertar-lhe o interesse de entender a beleza e a riqueza daquilo que se lhe é colocado ao alcance.

Tarefa árdua que se procura executar de forma contínua e paciente, mesmo que tenha de sacrificar alguns conteúdos, que nada são sem o alcance total do contexto que se propõe ensinar.

Para concretizar esse processo de total mudança da forma de ensinar e aprender, deve-se movimentar todo o estabelecimento de ensino, solicitando da escola a necessária colaboração, para consolidação da nova visão metodológica do ensino de Português, que não pode e não deve se desvincular de todas as outras disciplinas, da participação efetiva da interdisciplinaridade, com o propósito de integrar o aluno a todo o sistema escolar, levando-o a entender que, somente com uma visão ampla e objetiva, ele conseguirá desvendar os mistérios do aprender em plenitude, uma vez que o aprendizado é um desejo e como tal necessita ser despertado.

As Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997), com relação ao tema abordado, são de grande valia ao professor para o processamento metodológico de suas atividades, especialmente, no caso, quando se refere a Linguagens, Código e Suas Tecnologias.

Com o objetivo precípua de auxiliar o professor na execução do seu trabalho, os PCNs se instalaram nas atividades escolares, não com função de mando, mas como uma necessidade inadiável de ajudar os educandos na captação e no domínio de técnicas de conhecimentos de que todos os alunos necessitam para crescer e se desenvolverem como cidadãos conscientes do seu importante papel de transformar a sociedade de hoje para um melhor futuro de todos.

Tal entendimento é perfeitamente visível nas próprias palavras do então Ministro da Educação e do Desporto Paulo Renato Souza, em nota dirigida aos professores, quando assevera textualmente;

Sabemos que isto só será alcançado se oferecermos à criança brasileira, pleno acesso aos recursos culturais relevantes para conquista de sua cidadania. Tais recursos incluem tanto os domínios do saber tradicionalmente presentes no trabalho escolar quanto às preocupações contemporâneas com o meio ambiente, com a saúde, com a sexualidade e com as questões éticas relativas à igualdade de direitos, à dignidade do ser humano e à solidariedade.. (PCNs, 2001:3).

Os PCNs não são instrumentos adequados para discussões que não se coadunem com a sua finalidade, isto é, que se desviem da meta de apontar caminhos de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadãos participantes, reflexivos e autônomos, conhecedores dos seus direitos e deveres. Induzem, visivelmente, a que os estudantes não sejam carregados pelas mãos como um verdadeiro cego, mas que em parceria com todo um corpo de profissionais do ensino, possam, também, definir os caminhos pelos quais devam andar com seus próprios pés.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, propõem que os professores utilizem várias tecnologias e processos de trabalho na sua labuta diária em sala de aula e que exerçam o seu poder de organização, proporcionando meios para realização das atividades dentro dos limites da

capacidade de cada um dos alunos, estimulando a interação entre eles e os alunos e entre estes, utilizando-se dos meios que se lhes ponham à disposição, com criatividade e, acima de tudo, com paciência e perseverança com o intuito de alcançarem relevantes níveis de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, como fator preponderante para o entendimento do aluno com relação às demais disciplinas.

As dificuldades encontradas por todos, acredita-se, na sala de aula, no ensino médio, prendem-se, principalmente, à leitura e interpretação de textos e por extensão de contextos.

A obra (Projeto Inteligente: p. 62), explica o que se formalizou neste trabalho:

Ser leitor, no sentido pleno da palavra pressupõe uma série de domínios:

- Do código (verbal ou não) e suas convenções;
- Dos mecanismos de articulação que constituem o todo significativo;
- Do contexto em que se insere esse todo.

Decididamente, o professor entra no Ensino Médio como vítima de uma situação diversa, da que deveria ser e tem de fazer o aluno compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora de organização do mundo e da própria identidade. (idem: p. 72). Um trabalho que deveria ser de base.

Em virtude disso, tem que se utilizar de todos os recursos disponíveis como: leitura de textos, de revistas, livros, jornais, confecção de mural, jogos diversos como palavras cruzadas, diagramas, dramatizações, seminários, etc., em que toda a escola se envolva, globalizando o

ensino-aprendizado num só contexto, onde as disciplinas se encontrem em abrangente contextualização, em duradouro entendimento, se não perfeito, mas pelos menos inteligível.

A primeira experiência proposta neste estudo será a realização de um seminário, com duração de um dia, que redundará numa grande expectativa, fator de interesse do educando e da escola, acredita-se. A metodologia a ser aplicada será a da efetiva participação dos alunos e professores e de todo pessoal da escola, como expositores e debatedores de assuntos prévia e cuidadosamente escolhidos.

Para realização desse seminário, que terá como tema central Ler, Escrever e Pensar, lançar-se-á mão da metodologia idealizada com definição de técnicas e processos que permitam alcançar bons resultados.

- Os passos que foram seguidos:
- Lançamento e amadurecimento da idéia;
- Escolha do tema do seminário;
- Organização de grupos para aprovação do tema do seminário;
- Reunião com todos os alunos da escola, onde serão definidas participações;
- Reunião com a direção da escola e professores;
- Definição de tarefas do pessoal docente, administrativo, diretivo e coordenadores;
- Convite a palestrantes, grupos folclóricos, pessoal de outras escolas;
- Realização do seminário (onde ocorrerão questionamentos e debates);
- Avaliação dos resultados do seminário;

– relatório final.

Na escola pública, prevalecem técnicas convencionais, ainda usadas com base em dados empíricos, cujo teor subjetivo acaba por ser privilegiado, desprezando-se o aprendizado sistemático que organiza o pensamento do aluno para conclusões pessoais e lógicas.

O desafio de anos de estafantes tentativas de resolver o problema, resume-se, acha-se, na concepção de se encontrar uma forma de mudar ou melhorar a metodologia usada nas escolas públicas, uma vez que estas não carregam em si mesmas, as condições que podem fazer o milagre do interesse e a participação efetiva do educando numa abordagem que o retire do adormecimento, e ponha em atividade sua inteligência.

O professor da escola pública, admite-se, é um artista de uma platéia de heterogeneidade incrível do ponto de vista escolar e sócio-cultural: diferenças de idade, de valores, de hábitos e de costumes, de origens sociais e culturais, onde, inevitavelmente, os preconceitos e as ideologias devem ser superados através de um trabalho escolar integrado, pois, conhecer as representações dos alunos e os saberes que trazem consigo, é a primeira ocasião de dirigir-lhes o espírito na investigação da verdade. Primeira ocupação do professor na condução de uma metodologia eficiente, pois expõe a verdade lingüística de cada um dos seus discípulos.

Para consecução deste objetivo, nada melhor do que a valorização do discente através da responsabilidade da escolha, participação e realização de tarefas que o coloque na vanguarda

de si mesmo, despertando nele a tarefa maior da responsabilidade de aprender com sua participação no contexto escolar, onde deverá sentir-se valorizado.

3.1 A pesquisa-ação

Apesar da pesquisa-ação ser aplicada em diversos campos da atividade da vida social, em razão da metodologia da pesquisa social destacá-la entre as demais investigações, ela se encaixa muito bem na educação no Brasil, onde esse segmento da sociedade brasileira, durante toda sua existência, tem sido alvo de alentados estudos metodológicos, sem ter ainda logrado êxito na solução definitiva dos seus inúmeros conflitos que, se resolvidos, redundariam na transformação da educação brasileira.

Entretanto, encontrar o verdadeiro papel da pesquisa-ação é tarefa para abalizados estudiosos, dos quais, este estudo se vale de um deles, que expressa o sentido completo desse instrumento de investigação, que tem como fim, descobrir questões ou estabelecer fatos e princípios relativos a um campo qualquer do conhecimento humano, que mereça ser investigado.

Assim é que THIOLENT, discorrendo sobre a pesquisa-ação, registra:

(...) uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema mas sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não-trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida. (1980:14)..

O tema proposto neste trabalho, “A Língua Portuguesa e a Necessidade de Aproximar Fatos Gramaticais da Realidade Lingüística dos Alunos”, notadamente no ensino médio, revela a preocupação com a integração aluno/conhecimento lingüístico e se insere perfeitamente neste tipo de pesquisa, pois a ação de não aprender dos alunos, é, realmente, problemática e merece não somente uma investigação, mas a tomada de posições por parte de todos que fazem a educação neste País.

Conhecer a pesquisa-ação é colocá-la no nosso roteiro de compreensão e ajuda ao entendimento do seu papel profícuo na solução da questão temática proposta, e para isto, prevalece o nome do grande investigador acima falado, deste tipo de ação que revela: *Na pesquisa-ação os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas.* (THIOLLENT, 1980: p.15).

O problema abordado na temática, refere-se a uma realidade palpável nas salas de aula, não só nas de ensino médio como, em especial, nas de ensino fundamental.

Para aproximar fatos gramaticais, entendidos como aquilo que realmente existe sistematizado dentro dos princípios da gramática, à realidade dos alunos, precisa-se da lingüística, como ciência que se volta para a aplicação dos resultados obtidos na solução de problemas práticos.

Problemas como os resultantes do distanciamento do aluno dos fatos lingüísticos, vão desde a dificuldade de ler, até a falta de condições de interpretar textos, por desconhecimento da

sinonímia, ausência de vocabulário, e muito mais grave, pela impossibilidade de empregar o raciocínio, dado ao imperdoável analfabetismo na escola de ensino médio, como realidade dos alunos.

Como proceder para mudar esse cenário dantesco de aviltamento da própria vontade e necessidade de ensinar e aprender? Será possível sem a vontade geral se achar um meio eficaz de ações para inserir nesta dramática situação, uma forma eficiente de se levar a bom termo esta questão?

Ainda, THOLLENT, oferece algumas sugestões de ordem prática alcançável a longo prazo, receitando como remédio eficaz (...) *as 'deliberações' ou 'soluções' apresentadas pelos pesquisadores e que são submetidas à discussão entre os participantes.* (2000; p. 31).

Abrindo-se uma séria discussão, acha-se que o uso intermitente de um conjunto de técnicas e processos utilizados para ultrapassar a subjetividade do professor e atingir um estágio de objetividade do estudo, através do aluno, antes referida, seria uma proposta difícil de ser recusada, haja vista que a esta altura dos acontecimentos, não se pode fazer o aluno retroceder ao ensino fundamental, nem de uma hora para outra adquirir o estágio de desenvolvimento que deveria ter atingido na escola a partir do início de suas atividades estudantis.

A arte de falar e de escrever bem uma língua está centrada na gramática que é o estudo que aborda as regras da língua padrão, neste exame, a língua portuguesa.

Segundo HOLANDA, essa arte consiste na *capacidade que tem o ser humano de pôr em prática uma idéia, valendo-se da faculdade de dominar a matéria*, e, entende-se ajudado pelo festejado dicionarista que,

“a utilização de tal capacidade, com vistas a um resultado pode ser obtido por meios diferentes de compreensão, artifício a ser utilizado pelo professor, de forma a colocar a idéia com clareza e objetividade, valendo-se de procedimentos capazes de integrarem o aluno ao conhecimento daquilo que é proposto na sala de aula ou em qualquer outro lugar em que se dê uma relação que o envolva. (1980; P. 55),

Com efeito, a pesquisa-ação é dirigida no sentido de oferecer subsídios para solução de problemas ou de propor sugestões objetivas de transformação que de uma ou outra forma solucione o impasse proposto, estudado ou mesmo posto em prática os seus meandros, para o conhecimento específico da objetividade desta prática investigativa.

Graves são as atitudes pedagógicas que se encaminham para soluções paliativas, empurrando para um lado as oportunidades de solucionar as questões não solvidas, podendo torná-las objetos de discussão, depois de devidamente observadas, utilizando-se padrões positivistas, quando possíveis, no qual se manifeste preocupação com a compreensão e interação de todos na busca de soluções adequadas, mesmo que seja por meio de um processo empírico de situar-se, sem a qualificação devida, mas com a vontade necessária.

Na solução do problema abordado, deve-se desenvolver no aprendiz, seu potencial crítico, sua percepção das várias possibilidades de expressão lingüística, sua capacitação como leitor efetivo dos mais variados textos representativos de nossa cultura, o que se infere que a memorização de regras de forma puramente mecânica, como forma de aprendizado, não resulta no objetivo desejado, sendo necessário que o educando participe do processo de aprendizagem,

criando, exercitando, colocando em prática todo o seu poder de aprender e de transferir esse aprendizado no meio social em que está inserido, tornando-se um artífice do seu próprio aprendizado, situação contrária ao que se faz hoje na escola, vista, atualmente, por todos que lidam com a escola, inclusive a pesquisa=ação, como ultrapassada.

Cabe ao professor, no uso da didática, simplificar a linguagem técnica, como forma de aprofundar e estimular no aluno a reflexão de cada tema, segundo a compreensão de cada turma.

Tem-se observado, aqui no Brasil, a simples descrição da situação vexatória do não aprendizado nas escolas, às vezes procedendo-se a simples avaliação do problema, sem que se examine com profundidade a sua real situação, que clama pela reconstrução do sistema escolar. Esta situação leva a todos a uma perplexidade muito forte no sentido de não entender o porquê de tamanho descuido.

Deve-se, segundo conselhos de alguns especialistas, planejar e conceber pesquisas cujas finalidades excedam ao limite da descrição e avaliação do problema, perfazendo-se, diria, obrigatoriamente, na idéia de reconstrução do sistema, através de ações coerentes e inadiáveis encetadas por todos.

Nesse passo, todos que compõem a escola e mesmo o sistema educacional, precisam se imbuir de uma visão de pesquisador, claro com a orientação metodológica de pesquisadores deste tipo de investigação, para detectarem os problemas mais urgentes e emergentes que possam ser resolvidos a nível de escola, para definição de ações pedagógica que visem às transformações perseguidas.

Ao inferir esse pensamento, teve-se como pano de fundo alguns exemplos que se observam no cotidiano das escolas, principalmente as públicas, quando se vislumbra nelas, uma infinidade de questões que fogem ao alcance do raciocínio do aluno, pois descontextualizadas, promovem verdadeira desorganização do pensamento, impedindo, destarte, o entendimento ainda enfraquecido do aluno na maneira de entender significados, portanto, atrelando-o a uma situação fática muito difícil de ser contornada se não tomarem providências urgentes e eficazes. Veja-se, por exemplo, no ensino da gramática artificial, isolada do ensino da língua no seu entendimento descontextualizado, desvinculado da gramática natural, a dificuldade do aluno aprender suas regras e reproduzir na comunicação de toda hora, essas normas, problema já devidamente detectado pela pesquisa-ação.

Ora, se o símbolo lingüístico (palavra) tem a função de transmitir idéias, que são chamadas de significado (idéia associada ao signo), transmitido pelos componentes de um símbolo lingüístico, denominado de significante (seqüência de sons), só é perceptível a quem na verdade conhece o significado, pois entende a idéia, tornando-se o processo de comunicação perfeito. Que será do aluno se não conhecer tais particularidades da língua? No exemplo abaixo se encontram situações que dão uma idéia da necessidade de se conhecer o significado das coisas para que se opere uma comunicação perfeita.

Na palavra *Lápis* (*signo lingüístico*): temos, pois, / l/a/p/i/s/ (significante). *Cilindro de grafite envolvido em madeira, usado para escrever e desenhar* (significado)". (Proj. Inteligente, 1999, p. 7).

Deste modo, se o aluno não conhece a combinação entre os sons de cada signo, nem a combinação entre vocábulos, como entender um texto, um conteúdo? Como analisar o texto no seu contexto? Há como entender e fazer-se entender? Quais as atitudes que devemos adotar para solução desse problema?

Para MONTEIRO in SANTIAGO, A fala do aluno é valorizada como fundamental para o processo do conhecimento, que não é mais pronto, deve ser construído numa interação aluno/professor respeitando-se o processo de desenvolvimento psíquico do aluno. (2000: p. 63)

Quer dizer o autor, que o aluno não é apenas um espectador no processo de conhecimento, mas um coadjuvante que deve ser valorizado para êxito do ensino e sucesso do discente e docente, como partes inarredáveis da técnica do conhecimento que eles mesmos ajudam, em parceria, a construir no seu dia a dia.

Ressalte-se, ainda, por oportuno, a diferença entre signo lingüístico e símbolo: de um lado, o signo, aquilo que significa; o componente da trama textual; de outro, o sentido simbólico que o signo gera ao remeter a elementos extra-verbais.

A diferenciação entre esses conceitos ganha relevo quando se relaciona os signos, tanto a seus contextos de uso, quanto aos efeitos de sentido gerados por eles. Exemplo: a obra de Rego (2003), Menino de Engenho:

- Título (signo lingüístico) Menino de engenho;

- Símbolo: o cotidiano da vida no engenho, conflito de educação.

Deve o professor desse ensino, saber dosar o seu discurso de forma a atender o estado precário em que o aluno ascende a esse nível de estudo, abandonando o quanto possível a linguagem erudita, reduzindo-a a um bate-papo menos formal e mais compreensível e consentâneo com a situação do educando que, sem dúvida alguma, sentir-se-á mais à vontade para discutir o tema da aula e mais respeitado em suas limitações, uma das causas mais eficiente para que não ocorra comunicação e daí, também, o entendimento.

Tal providência surtirá os efeitos que tanto se busca e que agora as orientações deste Programa colocam à nossa disposição, como resultado da boa aplicação da pesquisa-ação, embora ainda embrionária no nosso conhecimento.

Historicamente, o ensino no passado atendia às exigências da classe dominante a quem interessava somente assegurar o ingresso nas escolas de nível superior, de onde os abastados saíam para ocupar cargos relevantes da administração, as cadeiras do legislativo e os cargos do Poder Judiciário. Daí, o desinteresse e o desestímulo que sempre cercaram as tentativas de implantação do ensino popular de qualidade que atendesse aos anseios da língua trazida pelos dominadores.

A despeito de algumas inovações levadas a efeito no Império e na República, o sistema educacional não se modificou, embora tenham sido reduzidas as ingerências perniciosas, continuando a atender os interesses da burguesia latifúndio-mercantilista que, no Brasil, nem o 15

de novembro de 1889 conseguiu modificar, isto em razão de não ter alterado sua estrutura sócio-econômica, piorada pela inserção de uma nova figura opressora – o coronel, como responsável por práticas despóticas e rudes, mas que determinava os ideais da educação, pelo menos na dominação dos elementos que a faziam.

Somente a partir da segunda década do século XX, com a expansão do capitalismo no Brasil, é que vão se operar algumas transformações com relação ao ensino público, quando os poderes vislumbram a necessidade de atender a demanda de mão-de-obra qualificada, é que resolvem instituir o ensino popular e profissionalizante.

É oportuna a intervenção da professora Thetis Nunes, *in* História da Educação em Sergipe, quando ela observa *que no Brasil a Reforma de Pombal ocasionou o desmoronamento educacional trazido por essa Reforma.* (1983: p.179). Oportuno porque é reveladora de um estado de desatenção e de dominação da nação que nos comandou por muitos séculos e de diversas formas atendendo interesses próprios.

A demolição da educação no Brasil, não se deve apenas a Pombal, acredita-se, deve-se a um universo de causas que necessitaria de pelo menos uma enciclopédia para historiar os fatos que influenciaram nessa destruição.

Mas, é importante conhecer, mesmo modestamente, uma das razões que deitaram por terra as pretensões de um desenvolvimento harmônico da educação, que oferecesse à língua portuguesa a oportunidade de ser tratada em seu aspecto vernacular, ou seja, como linguagem genuína, correta, pura, isenta de estrangeirismos; castiço, sem a adoção de influências malignas e

vãs, que tanto têm mesclado o seu estudo, desfigurando-o, e o empobrecendo, mais e mais, em seu escopo – a aprendizagem.

Refere-se a esse câncer, que tem interferido desastrosamente em todos os segmentos da vida social brasileira, danificando-os - a política; esse mal necessário.

A sua ingerência perniciosa no sistema educacional brasileiro é tão absurda, que a professora Thetis Nunes em sua obra acima referida, manifesta-se, ceticamente, quanto ao futuro da nossa educação e da nossa língua em particular, reportando-se à anos passados, transcrevendo a fala do Presidente da Província de Sergipe, Dr. Jerônimo Sodré Pereira à Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de outubro de 1889 (a última da época imperial), na seguinte forma:

Dois são os problemas capitais na organização do público ensino – 1º pessoal habilitado; - 2º escolha das disciplinas, que melhor se adaptem às forças intelectuais do aluno.

Não pode haver reforma profícua do ensino que não pressuponha haver corpo docente habilitado, zeloso e que tenha mesmo amor à nobre e elevada profissão de educar a mocidade! De que servirá a melhor coordenação das matérias escolares, o mais bem coordenado sistema de disciplinas, o mais ousado método de distribuição de estudos que devem cursar os alunos, se faltarem o critério, a assiduidade, zelo e ilustração do professor?" (Obra citada, 1983: p.81).

Essa situação com a educação é ocasionada, principalmente, segundo o nobre Presidente, por que aqui entra para o magistério (..) último refúgio dos que desesperam de melhor colocação, qualquer indivíduo de crassa ignorância mal sabendo assinar o nome, só por contar algum protetor que, de ordinário, o emprega com o fito principal a seu turno de mais um batedor eleitoral.

Finalizando o seu discurso, revoltado pela situação caótica do ensino público o primoroso homem provincial destaca com clareza a ousadia política a que nos referimos, tão malfazeja na formação dos jovens que, apesar dos tempos, ainda sofrem tão criminosa interferência, manifestada na eleição de analfabetos que não estimam a educação. Veja-se o incrível da época:

Cadeiras há, criadas em lugares ermos como dotações a pais, maridos e protetores felizes!

Umás nomeadas sabendo o a-bê-cê indo, depois, com licença aprenderem em províncias estranhas a assinar o nome para vir exercer o professorado!

Outras nomeadas, exclusivamente, pela vontade arbitrária de homens que, muitas vezes, por caprichos da fortuna ou da proteção, têm ocupado, em nosso país, as mais altas posições.

Logo dá para se entender, em parte, o angustiante problema da educação brasileira e, em particular, do ensino da língua portuguesa e seu reflexo na atual atrofia de ambas na consecução dos seus objetivos, pois ainda hoje, vê-se calamidades no seu seio, ocasionadas pelo mandatário político que, sem se incomodar com a qualidade do ensino público, ainda contrata professor que fala “Cuma” e “cadê”.

Deste fenômeno que envergonha a memória política do Brasil, deveria a pesquisa-ção ter se escusado, uma vez que em suas investigações e nas palavras de Thiollent, retrata o seu perfil, também atrelado à grupos interessados, nos termos seguintes:

O problema consiste em saber como alcançar determinados objetivos, produzir determinados efeitos, conceber objetos, organizações, práticas educacionais e suportes materiais com características e critérios aceitos pelos grupos interessados.

O que deixa dúvida quanto a eficiência da pesquisa-ação, no caso, é se pode ela concorrer eficazmente para a indicação de ações transformadoras se, outrossim, a pesquisa-ação é controlada por pesquisadores por meio de deliberação coletiva, pois submetida a aprovação dos grupos de educadores manuseados pelo sistema, surte o desejado efeito no que diz respeito às transformações a nível de aprendizagem.

È melhor, numa admoestação singela, pela falta de maior conhecimento dos meandros de pesquisa, seja a qual for, o professor tomar atitudes condizentes com a realidade de sua escola e tentar transformá-la a nível de sala de aula, com a ajuda evidente dos alunos e de toda comunidade escolar, para desta forma tentar avolumar as reações contra a dominação de classes.

O estudo dos fatores contextuais que determinam os usos lingüísticos nas situações de comunicação pode ser de grande valia, uma vez que o professor procurará tornar o ensino mais prático possível, fazendo o aluno conhecer os objetos, as suas qualidades, a sua organização, partindo sempre do concreto para o abstrato; prescindirá de perturbar a inteligência do aluno com o ensino de muitas regras, despertando neste a faculdade da atenção, por meio do interesse do objeto estudado.

O orientador precisa, no entanto, eliminar de raiz, a cegueira radical e a posição pré-concebida, ideológica ou científica, o modelo interpretativo fechado, a visão que tenha de autor, para um comportamento de participante, de colega com maior experiência; para colega com menor possibilidade de percepção, deixando que o aluno assuma, por si mesmo, uma posição que possa ser trabalhada pelo professor sem infringir o pensamento do discípulo, tornando-se tais

atitudes o outro lado do ensino, a aprendizagem, calcada em uma metodologia moderna e eficiente.

Apesar dos planejamentos, projetos, programas e pesquisas, entre as últimas a pesquisa-ação, não foi encontrada, ainda, uma fórmula capaz de consertar o erro da falta de qualidade do ensino público na Pré-Escola e no Ensino Fundamental, principalmente. Um programa que regule previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado, isto é, de uma metodologia preventiva em que se utilize uma pesquisa-ação que a torne na resposta que se espera da tecnologia educacional moderna.

Para os que estão em sala de aula tal desorganização do ensino-aprendizagem, pressupõe tarefa difícil de ser combatida e sanada, deixando a escola e os professores em situação impossível de ser entendida, uma vez que o Ensino Fundamental e o Médio estão em administrações diferentes e são estanques, em seus objetivos, perdendo, por isto, a sua afinidade maior: o da continuidade do aprendizado com a devida base, o imprescindível alicerce.

Este estudo se refere ao Ensino Fundamental e o Ensino Médio como atividades sujeitas a administrações diversas, enfocando a necessidade, mesmo sem o apontamento de qualquer pesquisa, de se formar um consórcio de pensamento capaz de, com denodo e pertinácia, encontrar um caminho por onde se chegue a um resultado positivo, tanto para um como para o outro ensino, como muitas nações têm feito.

A pesquisa-ação pode e deve ajudar na inserção dos alunos nos conhecimentos da comunicação, apontando caminhos, uma vez que é ela abrangente no segmento da vida sócio-cultural do homem, nos campos de produção de informação, aplicação e transformação dos meios de comunicação de massa, com suas mais importantes variações desde a imprensa e o jornalismo, principalmente, que, tanto influem nos grupos de influência das decisões nacionais, levando para a escola algum tipo de opinião para conscientização de todos que a compõem.

Fortalece ainda mais esse pensamento, a expectativa de que a pesquisa-ação, que tem relevante influência na educação, como já ficou patente, estenda, também, essa influência aos meios políticos e com eles estabeleçam uma relação de comprometimento de suas próprias ações, que poderiam ser aproveitadas no sentido de que esses atos voltados para certas atividades, entre as quais a de educar, em suas pesquisas, se volte, especificamente, para as transformações que a educação carece e que seus estudos atendam aos anseios da sociedade e não de um grupo qualquer.

3.2 Atividades desenvolvidas durante as práticas pedagógicas

Na execução das atividades desenvolvidas durante os estágios de Prática Pedagógica Supervisionada I, II e III, várias atividades foram realizadas, a saber:

3.2.1 Prática pedagógica supervisionada

Para concretizar o estudo desta prática, a primeira providência foi o preenchimento do relatório semanal, que seguiu, passo a passo, as anotações dos dias úteis em que foram ministradas as aulas do estagiário-professor, na área de Língua Português, atuação para o qual foi inscrito no PROFOPE, na Escola Estadual Professora Zizinha Guimarães, da cidade de Laranjeiras, campo de estágio no qual este exerce suas atividades profissionais, horário de entrada e de saída da sala de aula, com a descrição das aulas ministradas pelo estagiário e assinaturas deste e do responsável pela Escola acima referida.

As aulas foram ministradas no período compreendido entre os dias 13/09 a 22/10/2004, perfazendo este estágio um total de 60 (sessenta) horas, obedecendo às orientações da Orientadora dessa Prática, especialmente, no que concerne às novas técnicas e métodos adquiridos neste curso de Letras Português.

O emprego dessas novas técnicas e métodos de ensino, alicerçados na nova visão de que a valorização e a inserção do aluno, ativamente, em todo o processo, é o ponto básico para o ensino/aprendizagem, empolgou todos os estudantes e a empolgação contagiou, inclusive, os professores da Escola acima referida, a ponto de se irmanarem para a perfeita realização do ponto maior dessas mudanças que foi o seminário, adiante descrito.

Como parte do estágio foi realizado, também um exercício de observação descrito no Roteiro de Protocolos de Observação que contém: identificação do projeto/estagiário com o nome

do estagiário ali assinado, área de atuação no PROFOPE, título do projeto de pesquisa, período de realização de 4 a 8 de outubro de 2004, no horário das 18:30 às 20:45, onde foi observadora a professora MARIA HELENA MACIEL tendo por observado o professor GENARO DE ALMEIDA BROTA, perfeitamente identificado no roteiro acima referido, identificação da turma e focos de observação que constou de:

- Interações em sala de aula;
- Metodologia de ensino;
- Condições de sala de aula;
- Avaliação do processo ensino/aprendizagem;
- Questão do erro;
- Planejamento de ensino e ocorrências relevantes.

Anexo ao roteiro de protocolos de observação foi inserido um relatório circunstanciado das atividades do estágio supervisionado da língua portuguesa ocorrido na Escola Estadual “Profa. Zizinha |Guimarães”, na cidade de Laranjeiras, nos períodos de 18 a 22 de outubro e de 3 a 5 de novembro de 2004, contendo as informações necessárias.

No final, o relatório, apresentado à orientadora do estágio, teve por finalidade apresentar informações importantes extraídas das observações realizadas quando do estágio supervisionado de língua portuguesa ocorrido na Escola Estadual “Professora Zizinha Guimarães”, situada à rua Tobias Barreto, 12, na cidade de Laranjeiras, neste Estado, no período de 4 a 8 de outubro do presente ano, e contém, em síntese, o seguinte:

As aulas concernentes à observação exigida pelo curso e administradas pelo professor GENARO DE ALMEIDA BROTA, ensejaram as conclusões levadas à efeito pela observadora Professora MARIA HELENA MACIEL, quanto ao desempenho das atividades em sala de aula no período acima mencionado, que ocorreram com aulas sobre formação de palavras, classes de palavras – substantivo, etc., artigo, pronome, verbo e outros constantes do currículo da língua portuguesa.

Nada de relevante se pôde observar no período do estágio, salvo a dedicação ao trabalho por parte do observado, mesmo sem as condições mínimas para o bom desempenho dessa tarefa gigantesca exercida pelos professores, de forma geral e em especial o da escola pública que, ininteligivelmente, não cumpre as verdadeiras funções de sua existência, dada uma gama de motivos que não nos compete uma análise aprofundada, principalmente, pelo domínio do conhecimento de todos que transitam pela Educação.

3.2.2 Prática pedagógica supervisionada II

Este segundo estágio objetivou a execução do plano temático que teve como proposição *Ler, escrever e pensar*, foi desenvolvido no período compreendido entre 18 de abril a 25 de maio de 2005, e foi concebido conforme relatado abaixo:

De início, procedeu-se à identificação do professor-estagiário, do campo de estágio, da área de atuação e do título do projeto levado a efeito nas aulas de pesquisa-ação. Em seguida, fez-se a descrição do tema abordado no plano, dando-se título. A partir deste momento, o trabalho se enveredou pela origem e descrição do tema..

O trabalho, desenvolvido como conclusão desse estágio, teve por finalidade, fazer uma exposição circunstanciada dos principais fatos colhidos na execução do plano temático, que tem como proposição *Ler, escrever e pensar – pressupostos para o entendimento*, objetivando descrever as informações consideradas importantes, na expectativa de encontrar solução para problemas emergentes do relacionamento professor/aluno, que leva os alunos à desistência do curso, ocasionando evasão escolar num índice alarmante, problemas estes relativos ao entendimento dos conteúdos propostos em sala de aula na área de atuação Letras Português, na Escola Estadual Professora Zizinha Guimarães, situada à rua Tobias Barreto, centro, na cidade de Laranjeiras, Estado de Sergipe (campo de estágio).

A execução do plano em destaque, envolvendo alunos e outras pessoas da comunidade escolar, obedeceu a seguinte sistematização: período de execução, ocorrido de 18 de abril a 25 de maio do corrente ano, com atividades realizadas dentro e fora da sala de aula na elaboração do plano, apresentação do plano à Escola, visitas à unidades escolares do Município de Laranjeiras, confecção e entrega de relatório pelos alunos, avaliação do relatório pela pedagogia, planejamento e elaboração do seminário e realização deste, ponto alto de todo o planejamento deste estágio, pois, objetivou, em suma, a socialização dos alunos e o envolvimento destes e de todo pessoal do projeto que, divididos em equipes, cada uma destas tratou de dar organização na realização do programa, como escolha de palestrantes, elaboração de

discursos, convites a palestrantes e aos familiares de alunos e ao povo, além de visitas à autoridades, com convite, para a participação no evento, considerado por todos como de raríssima oportunidade e importância. Foram também efetivados convites a grupos folclóricos escolhidos e ao poeta *João Sapateiro* e seu filho, para lerem e interpretarem alguns dos poemas desse trovador. A narrativa da história da vida deste poeta foi levada a efeito pelo seu filho Joselito Franco, que discorreu sobre o tema *A história de João Sapateiro, um analfabeto que se tornou famoso pelo hábito de pensar, ler e escrever*, enfim, tudo aconteceu como programado, inclusive registrado em fotografias que acompanharam o plano.

3.2.3 - Prática pedagógica supervisionada – III

Este terceiro estágio de prática pedagógica teve por finalidade a elaboração e execução do plano de ensino bimestral da unidade de ensino em que foram realizados os dois primeiros estágios de prática e está assim caracterizado:

Como de praxe, estão insertos: os dados de identificação do estagiário, nome da escola, disciplina, ano, séries em que leciona o estagiário, número de aulas ministradas no período e mensal e semanalmente por turma e o nome do professor. Acrescem-se, ainda, o calendário de aula da escola que funciona como campo de estágio e o calendário e plano de aula do professor e, por fim, justificativa, objetivo geral, proposta pedagógica do plano, com a respectiva bibliografia (livro adotado) e referências bibliográficas.

A fase mais rica desta Prática Pedagógica foi o trabalho desenvolvido com os alunos, onde se efetivaram as práticas concernentes à sala de aula, em observância de todos os recursos postos à disposição do professor, especialmente com a elaboração do plano de aula e execução deste em todos os pormenores contidos na peça de orientação.

Foram religiosamente observados: carga horária de sessenta (60) horas, o desenvolvimento dos conteúdos, as atividades empregadas para melhor praticar a técnica de ensino/aprendizagem, os recursos utilizados e, por fim, o desencadeamento do processo avaliativo, levado a efeito com as orientações do curso, o que redundou em melhores aquisições de resultados pelos alunos.

Na escolha dos conteúdos teve-se a necessidade de antes se investigar o estágio de conhecimentos em que o educando se encontrava para não chocar o que se ia desenvolver com o aprendido durante os anos anteriores.

De tal investigação resultaram conteúdos dos quais eram para os estudantes estranhos e de larga utilização na vida de todos, como acentuação gráfica, ortografia, emprego dos porquês, emprego da crase, estrutura das palavras, morfemas, todos compatíveis com a realidade das turmas.

Objetivou tal procedimento evitar erros de prosódia, justificação dos acentos gráficos, aplicação do conjunto de regras que estabelecem a grafia correta, proporcionar o uso correto das funções dos porquês, a importância das regras gramaticais na fusão de dois *aa* para o entendimento de sua regência, informar ao aluno a conveniência de se familiarizar com o

elemento básico das palavras e todos os demais elementos estruturais dela, com a finalidade de aperfeiçoar a escrita desenvolvidas por ele, etc.

O trabalho foi desenvolvido através de uma série de atividades necessárias, não só para a exposição dos conteúdos, mas e, principalmente, para despertar o interesse e a vontade de entender das turmas, incluindo-se as tradicionais e as insertas pela nova pedagogia, tais como: utilização de quadro negro, distribuição de farto material didático preparado pelo professor, prática de exercícios vocais, organização dos alunos em grupo para os procedimentos de trabalho de contextualização dos assuntos, discussão, levantamento de questões que mais os atormentam, como ler e escrever, reunião de professores da mesma disciplina para debater as questões mais comuns do aprendizado com relação aos conteúdos propostos com a participação dos alunos, leitura e confecção de textos literários e poéticos, aula expositiva na qual a utilização de quadro e giz, dicionário, exercícios diversos individual e em grupos, jogos, consulta a jornais, anúncios e outros recursos mais fáceis de serem coletados e usados.

Os recursos utilizados foram os mais diversos, desde jornais, livros, textos digitados, revistas, quadro negro, etc., até entrevistas e discussões entre os alunos de turmas diferentes em debate entre eles.

O ponto mais crucial do desenvolvimento desta prática foram as avaliações, que tiveram de ser cuidadosamente estudadas e escolhidas de acordo com diversos fatores que a integraram, como por exemplo: participação ativa do aluno em todas as atividades, melhor desenvoltura na leitura e na escrita, testes escritos, objetividade dos trabalhos com concisão, clareza e domínio dos conteúdos, o entendimento demonstrado na discussão dos temas,

assiduidade, cumprimento de tarefas, aproveitamento na participação dos grupos, elaboração de correspondências, empenho, interesse na participação das diversas atividades.

Porém, a inovação desta etapa foi registrada com o envolvimento de outros professores que expuseram seus pontos de vistas não só com referência a administração das aulas, mas sobretudo, nos conceitos utilizados na avaliação para conferir idéias de eficiência do aluno ou não, através do seu desenvolvimento escolar como um todo.

Esta prática, foi a mais produtiva e interessante por movimentar, não só as turmas, mas a Escola de modo geral, introduzindo-se, inclusive, o depoimento de pessoas do povo, componentes de grupos folclóricos para que os discentes tivessem consciência da linguagem popular utilizada pelos mesmos, tratando de diferenciar esta da linguagem escolar, dita preparada, trabalhada pelo professor, porém com o cuidado de destituir a noção de “certo” e “errado” instituída pela lei.

As demais atividades que enriqueceram esta Prática Pedagógica ficaram por conta dos trabalhos realizados fora da sala de aula, que se revestiram de grande importância para o desempenho das tarefas de ensinar e aprender.

3.2.4 Análise das amostras

A análise que se pretende fazer teve como procedência as atividades desenvolvidas pelas turmas da 1ª. Série do Ensino de jovens e Adultos do ensino Médio e, revestiu-se de um maior cuidado face o ensino dessas turmas ser de procedimentos especiais.

Para se conseguir algum melhoramento no ensino da língua portuguesa, com o intuito de aproximar dos alunos desse curso, os acontecimentos gramaticais necessários a um melhor desenvolvimento de sua atividade escolar e de sua ocupação no cotidiano, foi necessária a utilização de métodos e técnicas de aprendizagem mais consentâneas com o conhecimentos que os mesmos detêm na vida.

Residindo na cidade de Laranjeiras, portanto conhecendo todos os alunos, ficou muito mais fácil desenvolver as formas de ensino que devessem resultar num avanço do aprendizado, na maneira deles aprenderem , embora a longo prazo, pois inserido num contexto, seria mais acessível á assimilação do que foi proposto em sala de aula.

Sempre alegando terem dificuldades em aprender a gramática da forma por muito tempo desenvolvida na escola, propugnou-se em levá-la ao uso de uma gramática modernizada, colocando-se suas normas em textos e contextos onde foram discutidas em grupos e em trabalhos de grupos, como por exemplo, seminário.

Acompanhar as turmas por certo tempo foi fundamental para descobrir os óbices que tornam o ensino destas turmas sem entusiasmo e sem lógica, pois por muito tempo as aulas foram baseadas no tradicionalismo que provoca o marasmo do ensino/aprendizagem e o desânimo dos alunos, porque revestidas de puro ensinamento de normas, que exigem do aluno a famosa

“decoreba”, as aulas de língua portuguesa tornaram-se, por todo esse tempo, uma seqüência de atos inúteis à finalidade maior de qualquer idioma que é a de comunicar.

Para maior eficiência do desempenho da tarefa ensinar-aprender, teve-se que refazer o estudo da pertinência do conceito de metodologia, com a intenção de entender o aluno, para depois fazer-se entender por ele~ Para isto foram traçados novos caminhos, novos rumos, que realmente conduziram o educando a nova idéia, a uma reunião de técnicas e processos que foram utilizados para transpor a subjetividade de todos, partida, principalmente, da realidade por nós vivida na escola e no aprendizado inicial, comportamento demonstrado no trabalho ao longo deste capítulo.

Indagados sobre as dificuldades todos os alunos foram unânimes em afirmar a falta de compreensão para interiorização dos conteúdos, uma vez que o ensino se prendia quase que unicamente à atividade de desfilhar uma série de normas gramaticais, as quais não aprendiam.

Estimular a aprendizagem foi o objetivo perseguido, acha-se, por todos que pretendem fazer do ensino em qualquer nível, o fundamento do ensino e da escola, onde a participação provocada pela correta aplicabilidade dos conteúdos propostos, leve ao educando, não só a tarefa de aprender, como também de ver realizada pela versatilidade do professor as promessas vãs de um ensino de qualidade.

Os resultados logo foram notados por todos. A nova pedagogia rendeu os frutos desejados. Os alunos descobriram que aprender a língua utilizando-se de suas experiência foi de boa iniciativa. O professor satisfez-se com os resultados. A Escola registrou novos índices de

aprovação nas turmas da série citada.

Para se fazer um exame mais minucioso dos resultados produzidos pela adoção das novas técnicas escolhidas na administração da disciplina Língua Portuguesa, no tocante ao estabelecimento de relações com os alunos, naquilo que diz respeito a inserção de sua experiência de vida, com as normas gramaticais inseridas no sala de aula, teve-se que se utilizar a comparação entre os alunos do Curso Médio regular e os alunos do EJAEM, através de gráficos elaborados e cedidos pela própria Escola que foi aproveitada como campo de estágio da pesquisa.

A proposta de mudanças levada à Escola surtiu o efeito desejado, especialmente constatado na realização de um seminário, onde todos, indistintamente, tiveram participação atira e efetiva, o que resultou na apuração de boas notas dos alunos, no final dos estágios.

O exame que se faz de todos os procedimentos que compuseram as mudanças exigidas pela situação anterior de aprendizado na Escola Estadual Prof^a. Zizinha Guimarães, é de que houve, na turma amostrada, um reconhecido avanço causado pela pedagogia adotada, isto é, na procura, no exercício e na conclusão da aplicação de um método prático que levou os alunos, não somente do EJAEM, mas de toda escola a envolvimento geral para consecução dos objetivos procurados, com a inserção de todos no processo .que resultou num rendimento maior de todo o conjunto de ações que fazem eficiente o ensino/aprendizagem, registrado nos referidos gráficos anexos a este trabalho.

4 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que examinar é analisar cada parte, objetivando conhecer sua natureza, suas proporções, suas funções, suas relações, etc., tomamos por amostra do todo da Escola anfitriã das práticas ensejadas pelo curso, a 1ª. Série do Ensino Médio, com o propósito de estimar as características e as mudanças positivas ocorridas nela com a realização das Práticas Pedagógicas.

Depois dos estágios das Práticas Pedagógicas I, II e III, o professor realizou, através das experiências em sala de aula, uma avaliação dos alunos, pondo em ordem, as observações e práticas levadas a efeito, não dos conteúdos ministrados na sala de aula, mas do aproveitamento em geral, tendo a série acima referida, como amostra do processo de reestruturação das aulas, levando em conta atitudes não praticadas antes, na análise das várias manifestações sociais, emocionais, afetivas e, principalmente, cognitivas em situação de aprendizagem dos alunos.

Com este procedimento, o professor conseguiu perceber algum melhoramento na condição geral da série, contornar as dificuldades de elaboração de textos, de raciocínio, de proporção, de articulação, de sensibilidade do ato de aprender. Isso permitiu ao professor conhecê-los de uma maneira mais completa, podendo decidir e atuar para ajudá-los a melhorar, a se desenvolverem e a descobrirem suas habilidades, competências, inteligências, potencialidades em todas as direções, com as mesmas propriedades de que é portador, sem afetação do comportamento e procedimento, porém com visão maior do seu crescimento educacional.

Antes, os alunos atuavam de forma individual e nada coletivamente, e o que produziam

não estava direcionado apenas para a expectativa do professor, mas estava relacionado com seus interesses individuais, estigmatizando o estudo com, a indolência e o despreparo como causa para a falta de aprendizagem, reprovação ou fuga escolar.

Passou o professor a estudar os aspectos, a que acima se referiu – emocionais, sociais e cognitivos, principalmente, e descobriu que tais aparências mal conduzidas nos alunos, terminavam em falta de sucesso no fim do ano culminando com os resultados mais drásticos possíveis.

Concluiu-se nessa mostra, que o currículo organizado, não foi construído a partir dos problemas e das preocupações que interessam ao aluno. Esse currículo fragmentado por disciplinas e desinteressante está presente em toda a escola e na série amostrada.

Há um descompasso muito grande entre os conteúdos organizados no currículo que não conseguem contemplar os ensinamentos programados com a vivência do aluno.

Além disso, a metodologia aplicada, anteriormente, não favoreceu aos estudantes que ignoram a possibilidade do seu crescimento, por falta de um estudo preparado, a eles dirigido e de assuntos para eles selecionados de acordo com suas necessidades e conhecimentos.

Tal situação detectada após os ensinamentos da aplicação de métodos práticos, deu ao professor a oportunidade de criar situações de melhoria do ensino, a partir das aulas de Prática Pedagógica e da amostra, que positivou a sua ação didática, melhorando muito o entendimento da disciplina Língua Português e a relacionamento aluno/professor e ensino/aprendizagem.

Cumpridas todas as etapas do programa ora desenvolvido, foi grato descobrir a relevância do Curso, exercitando todas as atividades exigidas pelo mesmo e foi gratificante, outrossim, reconhecer a sua eficiência na formação pedagógica de todos nós alunos, em face da falta que esta condição faz para o desenvolvimento da atividade de ensinar, porquanto não é ser um portador de diploma de educação superior, nem a vontade pessoal de ensinar, que torna o professor um profissional eficiente diante de uma sala de aula.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, H.A. **Gramática Ilustrada**. São Paulo, Moderna, 1997.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português – Encontro & interações**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **Dramática da Língua Portuguesa**. São Paulo, Edições Loyola, 2000.

_____. **Moderna Gramática Portuguesa**. S. Paulo: Nacional. 1982..GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. Cascavel: Assoeste, 1987.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. São Paulo, Nacional, 1982.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação, Cultura e Desporto. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília. 1996.

_____, Secretaria da educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Língua Português, Brasília, MEC. 2002.

CUNHA, Celso Ferreira. **Gramática da Língua Portuguesa**. 7 ed., Rio de Janeiro: FENAME, 1980.

FARACO, Carlos Emílio, MOURA, Francisco Marco. **Língua e Literatura**. 15 ed., São Paulo: Ática, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 19ª. Ed. Brasileira. Rio de Janeiro. 1978.

HOLANDA, Aurélio B. de, **Dicionário da língua portuguesa**, Século XXI. 3ª. ed. Versão 3.0. São Paulo.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade**. 8ª. ed. São Paulo. Ática, 2002.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Da sócio-história do Português Brasileiro para o ensino do português no Brasil hoje.** In AZEREDO, J. C. (org.). **Língua portuguesa em debate.** Obras reunidas. Petrópolis. Vozes. 2002.

MATTOSO Câmara Joaquim. **História e estrutura da língua portuguesa.** Rio de Janeiro, Padrão, 1979.

PAIVA, Dulce de Faria. **História da língua portuguesa.** Vol.II Século XIV e meados do século XVI. São Paulo, Ática, 1988.

PERINI, A. Mário. **Sofrendo a gramática.** São Paulo: Ática, 1997.

PROJETO CULTURAL. **Manual global do estudante.** São Paulo. Difusão Cultural do Livro. Vários autores. EDIPAR Ltda. 1999.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral.** São Paulo, 7ª. ed., Cultrix, 1972

APÊNDICES